



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI- UFCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL

JARDEL PEREIRA DA SILVA

AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI: EDUCAÇÃO
COMO DIREITO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CRATO
2019

JARDEL PEREIRA DA SILVA

AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI: EDUCAÇÃO
COMO DIREITO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional Sustentável da Universidade
Federal do Cariri, como requisito parcial
para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zuleide Fernandes
de Queiroz
Área de Concentração: Desenvolvimento
Regional Sustentável

CRATO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação Universidade Federal do Cariri

Sistema de Bibliotecas

S578a Silva, Jardel Pereira da.

Ações Afirmativas na Universidade Federal do Cariri: educação como direito na perspectiva do desenvolvimento sustentável/ Jardel Pereira da Silva. – 2019.

102 f.; enc.; 30 cm.

(Inclui bibliografia p.8-102).

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Centro de Ciências Agrárias e Biodiversidade, Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, Crato, 2019.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional

Sustentável. Orientação: Prof^a. Dra. Dra. Zuleide

Fernandes de Queiroz.

1. Direito a educação. 2. Educação Superior. 3. Políticas Públicas. 4. Ações Afirmativas.
I. Título.

CDD 351.0072

Bibliotecário: João Bosco Dumont do Nascimento – CRB 3/1355

JARDEL PEREIRA DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.
Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Zuleide Fernandes de Queiroz
(Orientadora/PRODER/UFCA)

Marcus Vinícius de Oliveira Brasil
(Membro Interno/ PRODER/UFCA)

Maria Telvira da Conceição
(Membro Externo/PROHISTÓRIA/URCA)

Dedico este trabalho a Deus e aos
estudantes.

AGRADECIMENTOS

À DEUS, por ter me dado forças para iniciar, percorrer e concluir esta jornada, por aumentar a minha fé, nas horas mais difíceis ter me feito acreditar que com o Senhor seria possível...

À minha família, especialmente minha mãe Maria Aparecida, sem o Amor, a compreensão e o apoio de vocês não seria possível este momento...

A minha orientadora Profa. Zuleide Fernandes de Queiroz pela paciência, determinação, inspiração e incentivo na consecução deste trabalho.

Aos professores Telvira e Marcus Brasil pela disponibilidade em participar da banca de defesa deste trabalho e por suas contribuições para que ele fosse aperfeiçoado.

Aos Professores do PRODER que estiveram presente no curso, e que contribuíram para minha formação e desenvolvimento pessoal...

Aos colegas de Mestrado: pelo companheirismo e pelo apoio mútuo...

À Universidade Federal do Cariri, pelas condições necessárias que tivemos para cursar o mestrado...

À Faculdade de Medicina pelas informações disponibilizadas,

A todos os meus alunos e ex-alunos, por tudo o que me ensinaram em sala de aula e por permitirem que o meu amor pela docência cresça a cada dia,

A todas e todos que contribuíram para conclusão desta pesquisa.

Bendiga o Senhor a minha alma!
Não esqueça nenhuma de suas bênçãos!

Salmos 103:2

RESUMO

Este estudo de caso, com abordagem qualitativa, foi realizado no curso de medicina da Universidade Federal do Cariri (UFCA), instituição criada no ano de 2013, através do desmembramento da Universidade Federal do Ceará (UFC), com campus e oferta de cursos nos municípios da região do Cariri Cearense: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Brejo Santo e Icó. A questão central desta pesquisa é: como a adoção de política de cotas possibilita a emancipação acadêmica e pessoal dos estudantes cotistas? E ainda questionamos: qual a relação entre a adoção de política de cotas e o desenvolvimento dos estudantes quanto à emancipação acadêmica e pessoal? Neste contexto, o objetivo geral da pesquisa buscou analisar os impactos de tais medidas não-discriminatórias e sua correlação com o desenvolvimento dos sujeitos em busca de sua emancipação acadêmica e pessoal. São ainda objetivos do estudo: analisar a implantação do sistema de cotas na Universidade Federal do Cariri contextualizando a perspectiva do que preconiza o direito a educação com base nos objetivos do milênio para a promoção do desenvolvimento regional sustentável; conhecer o sistema de cotas na UFCA; identificar os aspectos legais e sociais que dão suporte a este sistema de cotas adotado, além de identificar em que sentido o sistema de cotas implantado efetivou uma política inclusiva do estudante a luz da sustentabilidade. A pesquisa bibliográfica foi realizada sob bases e fontes de dados, tais como: periódicos e revistas científicas, jornais, livros e sites institucionais que tratam da abordagem da educação superior no Brasil e mundo, além de documentos legais da legislação nacional e internacional na qual o país é signatário. Utilizou-se como recurso. Além disso, foi realizada a análise dos principais documentos que orientam a organização e funcionamento do curso de medicina, tais como: Projeto Político Curricular do curso, Relatório de Gestão da PRAE nos anos de 2015 a 2018, Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade, Legislação Educacional que pauta a organização da instituição e do curso, além do Relatório de Auto avaliação Institucional. Para a realização da pesquisa de campo foi utilizada a análise do discurso a partir das respostas do questionário aplicado a estudantes do curso de medicina, além de professores da Faculdade de medicina- FAMED e gestores da Pró-reitoria de graduação- PROGRAD e Pró-reitoria de assuntos estudantis- PRAE. A coleta dos dados foi realizada por meio da análise do discurso sob o questionário das

entrevistas realizadas. Como resultado deste trabalho, inferimos que os discursos dos sujeitos revelam a manutenção da política e sua plena implementação denotando algumas fragilidades como: adaptação dos estudantes, desconstrução do discurso de igualdade preconizado na sociedade, ações que favoreçam a permanência do estudante cotista no ensino superior, promoção da justiça social e educação das desigualdades étnicas. Diante do contexto, o trabalho se propõe a contribuir com o fortalecimento de políticas públicas de permanência estudantil numa perspectiva “inclusiva” da classe trabalhadora e seus impactos no Cariri cearense.

Palavras-chave: Direito a educação. Educação Superior. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This case study, with a qualitative and descriptive approach, through the separation of the Federal University of Ceará (UFC), with campus and courses in the cities of Cariri Cearense region: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Brejo Santo and Icó. The central issue of this research is: How the adoption of quotas policy enables the academic and personal emancipation of quota students? What is the relationship between the adoption of quota policy and the development of students regarding academic and personal emancipation? They are also goals of the study: to analyze the impacts of these non-discriminatory measures and their correlation with the development of the individuals searching for their academic and personal emancipation. The study also aims to analyze the implementation of the quota system at the Federal University of Cariri contextualizing the view of what the right to education based on the millennium goals for the support of sustainable regional development; to know the quota system in the UFCA, classifying them according to the parameters were used; to identify the legal and social aspects that support this quota system adopted in addition to identifying in what sense the quota system that was implemented carried out an inclusive policy of the student according to the sustainability. The bibliographical research was based on databases and data sources, such as: scientific articles, newspapers, books and institutional websites that addresses the matter to higher education in Brazil and the world. Besides legal documents of national and international legislation in which the country is a signatory, datas such as a theoretical-methodological resource of the data collection for the construction of the work. The documentary review of the main documents that guide the organization and operation of the medical course was made, such as: Curricular Political Project of the course, PRAE Management Report for the years from 2015 to 2018, University Institutional Development Plan, Educational Legislation that rule organization of the institution and the course and the Institutional Self-Evaluation Report. In the field research was used the discourse analysis from the questionnaire responses applied with students of the medical course, as well as professors from FAMED and managers of PROGRAD and PRAE. The data collection was carried out from the analysis of the discourse of the answers of questionnaire. We can conclude, with this work, that the subjects' discourses reveal that it is evident that the maintenance of policy and its full implementation shows weaknesses, such as students' adaptation, deconstruction of

the discourse of equality proposed in society, actions that can help the permanence of the quota student in the higher education, and promotion of social justice and education of ethnic inequalities. In face of the context, the work aims to contribute to the reinforcement of public policies of student maintenance in an "inclusive" view of the working class and its impacts on the Cariri Cearense.

Keywords: Right to Education; Higher Education; Public Policies.

RESUMEN

Este estudio de caso, con abordaje cualitativo, fue realizado en el curso de medicina de la Universidad Federal del Cariri (UFCA), institución creada en el año 2013, a través del desmembramiento de la Universidad Federal de Ceará (UFC), con campus y oferta de cursos en los municipios de la región del Cariri Cearense: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Brejo Santo e Icó. La cuestión central de esta investigación es: ¿cómo la adopción de política de cuotas posibilita la emancipación académica y personal de los estudiantes cotistas? Y aún cuestionamos: ¿cuál es la relación entre la adopción de política de cuotas y el desarrollo de los estudiantes en cuanto a la emancipación académica y personal? En este contexto, el objetivo general de la investigación buscó analizar los impactos de tales medidas no discriminatorias y su correlación con el desarrollo de los sujetos en busca de su emancipación académica y personal. En el presente trabajo se analizan los resultados obtenidos en el análisis de los resultados obtenidos. conocer el sistema de cuotas en la UFCA; identificar los aspectos legales y sociales que dan soporte a este sistema de cuotas adoptado, además de identificar en qué sentido el sistema de cuotas implantado efectuó una política inclusiva del estudiante a la luz de la sostenibilidad. La investigación bibliográfica fue realizada bajo bases y fuentes de datos, tales como: revistas y revistas científicas, periódicos, libros y sitios institucionales que tratan el abordaje de la educación superior en Brasil y el mundo, además de documentos legales de la legislación nacional e internacional en la cual el país es signatario. Se utilizó como recurso. Además, se realizó el análisis de los principales documentos que orientan la organización y funcionamiento del curso de medicina, tales como: Proyecto Político Curricular del curso, Informe de Gestión de la PRAE en los años de 2015 a 2018, Plan de Desarrollo Institucional de la Universidad, Legislación Educación que pauta la organización de la institución y del curso, además del Informe de Auto evaluación Institucional. Para la realización de la investigación de campo se utilizó el análisis del discurso a partir de las respuestas del cuestionario aplicado a estudiantes del curso de medicina, además de profesores de la Facultad de medicina-FAMED y gestores de la Pro-rectoría de graduación- PROGRAD y Pró-rectoría de asuntos estudiantiles-PRAE. La recolección de los datos fue realizada por medio del análisis del discurso bajo el cuestionario de las entrevistas realizadas. Como resultado de este trabajo, inferimos que los discursos de los sujetos revelan el

mantenimiento de la política y su plena implementación denotando algunas fragilidades como: adaptación de los estudiantes, desconstrucción del discurso de igualdad preconizado en la sociedad, acciones que favorezcan la permanencia del estudiante cotista en la enseñanza superior, promoción de la justicia social y educación de las desigualdades étnicas. Ante el contexto, el trabajo se propone a contribuir con el fortalecimiento de políticas públicas de permanencia estudiantil en una perspectiva "inclusiva" de la clase trabajadora y sus impactos en el Cariri cearense.

Palabras clave: Derecho a la educación; Educación universitaria; Políticas públicas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa da Faculdade de Medicina (FAMED) localizada na cidade de Barbalha-CE.....	32
Figura 2- Mapa do estado do Ceará, destacando a cidade de Barbalha	39
Figura 3- – Sala de aula na Faculdade de Medicina (FAMED)	46
Figura 4- Sala de aula na Faculdade de Medicina (FAMED)	48
Figura 5- Sala de aula na FAMED.....	49
Figura 6- Cantina na Faculdade de Medicina (FAMED)	51
Figura 7- Restaurante universitário da Faculdade de Medicina (FAMED)	53
Figura 8- Entrada da biblioteca da Faculdade de Medicina (FAMED).....	54
Figura 9- Espaço 1 para estudos na Faculdade de Medicina (FAMED).....	55
Figura 10- Espaço 2 para estudos na Faculdade de Medicina (FAMED).....	55
Figura 11- Espaço 3 para estudos na Faculdade de Medicina (FAMED).....	56
Figura 12- Espaço 4 para estudos na Faculdade de Medicina (FAMED).....	56
Figura 13- Espaço 5 para estudos na Faculdade de Medicina (FAMED).....	57
Figura 14- Espaço 6 para estudos na Faculdade de Medicina (FAMED).....	57
Figura 15- Espaço 7 para estudos na Faculdade de Medicina (FAMED).....	58
Figura 16- Entrada da Faculdade de Medicina (FAMED).....	63
Figura 17- Pátio da Faculdade de Medicina (FAMED)	65
Figura 18- Recepção da Faculdade de Medicina (FAMED)	68
Figura 19- Corredor da Faculdade de Medicina (FAMED)	69
Figura 20- Laboratório da Faculdade de Medicina (FAMED)	69
Figura 21- Unidade básica de saúde da Faculdade de Medicina (FAMED).....	70
Figura 22- Unidade básica de saúde da Faculdade de Medicina (FAMED).....	70
Figura 23- Unidade básica de saúde da Faculdade de Medicina (FAMED).....	71
Figura 24- Laboratório da Faculdade de Medicina (FAMED)	76
Figura 25- Bancada Laboratório da Faculdade de Medicina (FAMED)	76
Figura 26- Bancada e equipamentos	77
Figura 27- Equipamentos FAMED.....	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dimensões de Análise, Fontes e Métodos da Pesquisa	34
Quadro 2- Categorias Iniciais de Análise – Roteiro de Entrevista-Gestor	35
Quadro 3- Categorias Iniciais de Análise – Roteiro de Entrevista- Estudante.....	36
Quadro 4- Quanto à forma de ingresso.....	46
Quadro 5- Adaptação dos Discentes.....	47
Quadro 6- Políticas de cotas sobre a perspectiva dos discentes	48
Quadro 7- Ações de Permanência	49
Quadro 8- Sugestões para o apoio à permanência.....	51
Quadro 9- Favorecimento da política de cotas.....	52
Quadro 10- Política de cotas e a justiça social.....	53
Quadro 11- Política de cotas e a igualdade entre os cidadãos	58
Quadro 12- Outras considerações sobre a forma de ingresso na UFCA	59
Quadro 13- Ingresso sem cotas	60
Quadro 14- Docentes e a implementação de cotas	61
Quadro 15- Avaliação da política de cotas.....	62
Quadro 16- Ações de acompanhamento propiciam (ou colaboram) para a permanência do aluno cotista.....	65
Quadro 17- Implementação da Política de Ações Afirmativas	66
Quadro 18- política de cotas desenvolvida na UFCA no período 2013-2018.....	66
Quadro 19- Cotas e a democratização.....	71
Quadro 20- Ações afirmativas e justiça social.....	73
Quadro 21- Igualdade entre cidadãos	73
Quadro 22- Outros aspectos sobre a política de cotas	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CONFENEN	Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
CECAP	Centro Caririense de Pós-Graduação
CENTEC	Centro de Ensino Tecnológico
CRAJUBAR	Conurbação entre os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha
EUA	Estados Unidos da América
FAMED	Faculdade de Medicina
FJN	Faculdade de Juazeiro do Norte
FMJ	Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Programa de Apoio ao Estudante
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
PMBQBM	Programa de Pós-Graduação Multicêntrico na área de Bioquímica e Biologia Molecular
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGB	Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia
PRODER	Pós Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável
PROFMAT	Mestrado Profissional em Matemática
PENAD	Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílio
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação

PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PVNC	Pré-Vestibular para Negros e Carentes
SADE	Sistema de Acompanhamento de Desempenho Escolar
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFC	Universidade Federal do Ceará
URCA	Universidade Regional do Cariri
UNILEÃO	Centro Universitário Doutor Leão Sampaio
UNIP	Universidade Paulista
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná

SUMÁRIO

1 CAMINHOS TRILHADOS AO ENCONTRO DA PESQUISA.....	19
1.1 Do meu lugar de fala	19
1.2 Delineando o estudo – premissas conceituais.....	20
2 SUSTENTABILIDADE: O CONTEXTO HISTÓRICO DAS DISCUSSÕES.....	27
2.1 Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM)	27
2.2 Direito a educação	29
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE INVESTIGAÇÃO, OBJETOS DE ANÁLISE, CAMPO E SUJEITOS DA PESQUISA.....	32
3.1 Fundamentos metodológicos da pesquisa.....	32
3.2 Educação superior no cariri	39
3.3 A política de cotas no brasil e no cariri cearense	42
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	45
4.1 Concepções dos discentes do curso de medicina acerca das cotas:.....	45
4.2 Cotas? O que representam?	45
4.2 Contribuições das Cotas ao Ambiente Acadêmico.....	49
4.3 Interferências no Espaço de Poder Universitário.....	52
4.4 Princípio da Reparação nas Cotas Raciais: prejuízo ou reconhecimento histórico?	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS.....	81
ANEXO A	88
ANEXO B	90
ANEXO C	93
ANEXO D	94
ANEXO E	98
ANEXO F	99
ANEXO G.....	102

1 CAMINHOS TRILHADOS AO ENCONTRO DA PESQUISA

1.1 Do meu lugar de fala

“...Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. (SANTOS, 2001, p.56).

Em minha trajetória de vida, pouquíssimas vezes encontrava pessoas pardas/negras ocupando os espaços que, por direito, precisavam ser democratizados. Eu, por exemplo, nunca me consultei com um médico ou dentista pardo/negro. Na minha região, as pessoas pardas/negras que conseguem estar em cargos bem mais remunerados, são todas conhecidas. Somos muitos, mas somos muitas vezes invisibilizados. Nesta perspectiva, os professores pardos/negros que estão dentro das universidades também podemos contar “nos dedos das mãos”. Ora, se somos a maioria no quantitativo de pessoas, porque ainda não somos representados ou não ocupamos os espaços públicos que temos o direito de estar?

Lembro de fazer essa pergunta para uma professora e ela responder que como somos tão poucos, todos se conheciam. Com esse trabalho, faço uma reflexão, e percebo que precisamos denunciar o racismo existente no estado brasileiro, que é estrutural.

Tive muita sorte em contar com a ajuda de praticamente todos(as) os(as) professores(as) pardos(as)/negros(as) que encontrei e que puderam ouvir com atenção todos os questionamentos e contribuir para a realização da pesquisa. Inicio agradecendo a valiosa contribuição da minha orientadora, a professora Zuleide. Quando iniciei o mestrado e soube que a professora Zuleide, uma mulher negra e que sempre lutou nos movimentos sociais pelos nossos direitos, senti uma imensa alegria e uma grande responsabilidade. Gostaria de destacar também que, identifico-me não somente como pessoa negra, mas também como pesquisador e professor negro, diante disto, o trabalho apontou o meu posicionamento político, bem como da orientadora da pesquisa.

Como a maioria da população parda/negra, a minha trajetória aconteceu sempre em instituições públicas, da educação básica até a pós-graduação. Mesmo sem ter acesso de concorrer a política de cotas, destaquei-me e logrei êxito em concurso público para o magistério.

Como trabalho em uma escola de periferia, os adolescentes são, em sua maioria, pobres e pardos/negros. Vejo em seus olhos o sonho de cursar a universidade, especialmente o curso de medicina, que historicamente não foram construídos para nós, negros e pobres. Essa problemática me inquietou a buscar nesta pesquisa subsídios para entender e avaliar a política de cotas.

Gostaria de deixar claro que este trabalho é de uma pessoa negra que foi orientado por uma professora negra que luta cotidianamente para que os nossos direitos sejam reconhecidos em sua plenitude.

Desejo que todos os pardos e pardas/negros e negras tenham oportunidades de serem e de fazerem o que quiserem, seguindo as carreiras que sempre sonharem e que este trabalho sirva para uma reflexão sobre o papel da universidade e do estado para incluir pessoas.

1.2 Delineando o estudo – premissas conceituais

O ingresso no ensino superior, traduzido pela busca das carreiras universitárias, sempre constituiu uma preocupação na seara das discussões educacionais. Nessa acepção, a temática tem sido recorrente nos debates sociais, políticos e econômicos, desde muito notadamente do ano de 1932, quando do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”¹, escrito por 26 educadores, naquele ano. A dimensão desta problemática se justifica, entre outras razões, pelo fato de a educação formal ser elevada à condição de prioridade política para um país que almeja alcançar altos índices de crescimento e desenvolvimento econômico e social. No tocante a matéria, é oportuno que:

[...] Consideremos o reconhecimento consensual de que vivemos na sociedade do conhecimento; de que nesse tipo de sociedade a educação formal é a chave sem a qual todas as portas tendem a ser fechadas. Sem essa chave os indivíduos ficam excluídos e as organizações, inclusive as empresas, perdendo em produtividade, acabam tragadas na voragem da competitividade. Esse é o discurso que está na boca da maioria das pessoas, com destaque para os empresários e políticos. Assumamos, pois, esse consenso, o que implicará eleger educação como fator estratégico de

1 O **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. Refere-se a um documento escrito por 26 educadores, em **1932**, com o título *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*. Circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação.

desenvolvimento do país. Isto é: o ponto de partida do desenvolvimento do país será o investimento maciço na educação [...] (SAVIANI, 2008, p. 322, grifo nosso).

Nesse sentido, os direitos sociais, dentre os quais a educação em especial, vem se constituindo em alvo de discussão no plano da eficácia constitucional. É dizer, noutros termos, que, para as normas constitucionais definidoras dos direitos sociais se materializarem no plano das relações sociais, torna-se imprescindível a atuação positiva do ente governamental, através da instituição de políticas públicas e/ou ações afirmativas voltadas para aquela categoria de direitos. Quando aquele se mantém inerte no seu mister, o ‘ativismo judicial’ é impulsionado a responder aos conclames sociais.

Outrossim, esta visão prestacional ou positiva do Estado vem sendo combatida pela doutrina moderna e largamente observada na jurisprudência brasileira, quando vista como o único meio de ‘garantir’ os direitos sociais. Trata-se, desta feita, da cognição contida no “princípio da máxima efetividade”. Assim tem se posicionado os tribunais pátrios, entendendo que as normas constitucionais não são meros comandos morais, teleológicos, valorativos, de cujo conteúdo a mistificação ideológica lhes caracterize.

A educação, portanto, enquanto direito humano fundamental capaz de consignar às pessoas humanas o alcance às melhores condições de vida com dignidade e ao pleno exercício da cidadania, aparece no cenário das manifestações políticas, legislativas e jurídicas como um bem a ser tutelado em todas as suas dimensões. Daí a preocupação não se firmar com exclusividade e predominantemente na educação básica, porquanto não sê-la de per si suficiente para conduzir à nação aos elevados índices de crescimento e desenvolvimento econômico e social.

Segundo Gomes (2008), no entremeio do contexto da ação positiva do Estado, dialogando com o princípio da máxima efetividade das normas constitucionais, a discussão acerca do sistema de cotas em universidade pública se revela pertinente, convidando ao estudo pormenorizado das questões que envolvem a possibilidade jurídica de introdução, no sistema jurídico brasileiro, de mecanismos de integração social largamente adotados nos Estados Unidos sob a denominação de *affirmative action* (ação afirmativa) e na Europa, sob o nome de *discrimination positive* (discriminação positiva) e de *action positive* (ação positiva).

Destarte, explorar o sistema de cotas inserido na lógica das ações afirmativas permitirá compreender melhor os rumos do direito à educação pelo viés da ordem constitucional. Ademais, permitirá conduzir as discussões no âmbito dos direitos humanos, uma vez que as pretensões ideológicas contidas no binômio, cotas e ações afirmativas, contemplam princípios éticos, jurídicos e políticos que norteiam a vida humana em sociedade.

No contexto das políticas públicas para desenvolvimento sustentável no que diz respeito promoção dos direitos humanos em educação, a pesquisa propõe investigar: quais os fundamentos que legalizam e legitimam o sistema de cotas? Em que sentido o sistema de cotas se compatibiliza com os princípios constitucionais? Como é possível enquadrar o sistema de cotas na lógica das ações afirmativas? É possível extrair do sistema de cotas a objetividade de critérios e condições capazes de suscitar novas ações afirmativas na seara do ingresso no ensino superior público federal? Quais os parâmetros que definem um sistema de cotas? Que sistemas de cotas voltadas para o ingresso no ensino superior público federal existem atualmente no Brasil? Qual a tendência, no Brasil, do ingresso ao ensino superior público federal se pautar em ações afirmativas de cotas? Como a adoção de política de cotas possibilita a emancipação acadêmica e pessoal dos estudantes cotistas? Qual a relação entre a adoção de política de cotas e o desenvolvimento dos estudantes quanto a emancipação acadêmica e pessoal?

Neste diapasão, convence a investigação acerca do sistema de cotas na Universidade Federal do Cariri, de modo a buscar tecer a rede que constitui seus aparatos legais e políticos em consonância à lógica das ações afirmativas.

As ações afirmativas foram instituídas aqui, a partir de um momento que a sociedade foi obrigada a discutir temas como: o racismo, o preconceito e a discriminação que são situações historicamente constituídas no espaço das relações sociais e nas instituições, até então natural para a caricata visão sob o mito da democracia racial, representada por Gilberto Freyre na obra “Casa Grande e Senzala”, de que todos convivem harmonicamente, possuem seu lugar e que as “diferenças” são parte da nossa sociedade e que nos caracterizam e nos identificam.

Durante muito tempo os negros e seus descendentes foram excluídos de um projeto educacional, mesmo com a instituição do estado republicano. A luta pela possibilidade de estudar e participar das experiências em educação e poder atuar no mundo do trabalho como cidadãos de direitos. A ação afirmativa que será discutida

nesta pesquisa é definida na Lei Nº 12.711/2012, que diz respeito ao ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Essa Lei, que ficou conhecida como “Lei das Cotas”, faz referência ao percentual de alunos que podem ingressar por este sistema, estabelecendo como critérios essenciais ser: egresso do ensino médio público e gratuito, ser de família de baixa renda, ser autodeclarado indígena, pardo ou preto e pessoa com deficiência. A partir da Lei, o termo Cotas, se fez presente no cotidiano da população, especialmente na comunidade acadêmica, em um intenso debate sobre o “direito de” existir uma política de reparação. Além da luta do movimento negro em todo o Brasil e da juventude negra que almeja ingressar em um curso superior da rede pública de ensino.

Para Joaquim Barbosa Gomes (2001, p.40), as ações afirmativas são:

“Um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate da discriminação de raça, gênero etc., bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego”.

Foi com esta compreensão que o governo brasileiro e as universidades federais do Brasil começaram a realizar a implantação desta política.

Além disso, foram identificados em que sentido o sistema de cotas implantado efetiva uma política inclusiva do estudante, além de mapear os sistemas de cotas em universidades públicas federais do Brasil, categorizando-as segundo os parâmetros adotados e por fim, investigamos as repercussões da política de cotas no ingresso e permanência dos estudantes na graduação da UFCA

O trabalho buscou representar uma leitura sobre a entrada das ações afirmativas no Brasil. A sua maior representação em como se deu com a Lei de Cotas nas Universidades e Institutos Públicos. Chegando assim ao objetivo geral deste trabalho, que foi identificar os reflexos que a Lei Nº 12.711/2012 sob a Universidade Federal do Cariri no período de 2014 a 2018.

Considerando todo o aspecto de implementação da Lei das Cotas gerou no sistema ensino público brasileiro, percebemos que muito há de se fazer na educação, da promoção do ensino básico até o superior de forma pública e de qualidade. A educação necessita ser colocada como prioridade pela sociedade e principalmente pelo Estado. Pois ela não se faz isolada, precisamos da junção de forças do coletivo,

para somente assim mudar a realidade e garantir um futuro melhor para esta e futuras gerações. Com esta proposta podemos contribuir para a criação das políticas para criação de ações que insiram as pessoas excluídas e direitos no meio acadêmico, extinguindo toda forma de preconceito, discriminação e diferenças na academia, visando equilibrar e promover equiparação de igualdade para todos.

O *locus* da pesquisa deve – se ao fato de, até o momento da UFCA vem realizando a política, desde o ano de 2013. Até o momento não apresentou resultados quantitativos sobre a entrada desses sujeitos para que possamos conhecer a possibilidade do recorte etno/racial e social e seus impactos na vida destes sujeitos e da instituição.

Ao se ter por pretensão investigativa a relação que subjaz a força normativa do direito constitucional à educação e as políticas brasileiras de incentivo e acesso ao ensino superior público, a expressão de ordem é: educação – direito humano inviolável. *Ad argumentandum tantum*, a investigação acerca do direito à educação não pode passar à margem das discussões constitucionais emergentes, porquanto constituir-se aquele direito em matéria de norma sediada na Carta Magna e de grande vulto no ordenamento jurídico brasileiro.

Portanto, investigar acerca das ações afirmativas voltadas para o incentivo e acesso ao ensino superior público no Brasil se mostra desafiador, tendo em vista as condições fáticas e teóricas do ordenamento jurídico pátrio, e, por isso, propício aos olhos das Ciências Humanas e Sociais.

Digno de nota é considerar que todas as carreiras são importantes para a composição e harmonia do sistema social, político e econômico de um povo. Contudo, a realidade deste estudo tem reservado uma situação que é vilipendiada pelo sistema educacional. Por que algumas carreiras estabelecem uma relação de proximidade com determinadas classes sociais? Por que a maior concentração de estudantes da classe favorecida ocupa os bacharelados? A classe popular não almeja esta profissão? Ou se almeja, porque não alcança? E se não alcança, porque nada se faz efetivamente em prol desta conquista? Diante dessas questões vê-se que a efetividade das políticas públicas para a educação superior passa pela qualidade da Educação Básica, não podendo, contudo, aí se instalar.

Ante as conjecturas, a presente proposta de investigação se revela pertinente porquanto deflagrar a priori uma realidade mascarada por números em si mesmos, e, a posteriori, servir de instrumento denunciador e propiciador para a

instauração de uma nova ordem social no plano do direito à educação superior no Brasil.

Por derradeiro, trazer à discussão temas relacionados ao sistema de cotas para ingresso no ensino superior público federal no Brasil é manter-se fiel ao conjunto de temas que desenham as diferentes dimensões da sustentabilidade no que diz respeito a sua dimensão social notadamente o que compõem o campo do Direito à Educação, no que diz respeito a “analisar a relação entre os direitos humanos, na sua pretensão de universalidade e as diferentes maneiras de se, e, portanto, a construção da cidadania, que pressupõe uma igualdade, a partir das diferenças sociais e culturais presentes num determinado território”.

Na pesquisa foi realizada uma abordagem qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica bem como da análise textual discursiva. Para tanto, foi acompanhado um grupo de discentes da graduação, bem como de quatro gestores da IES. O trabalho de campo foi desenvolvido entre os dias 23 de e dezembro de 2018 a 15 de fevereiro de 2019, durante o período de conclusão das atividades estudantes, considerando a disponibilidade dos mesmos em participar. Também foram utilizadas neste período análise documental e usos de dados dos participantes com registro consentido, considerando os aspectos éticos em pesquisa.

O trabalho foi desenvolvido em quatro capítulos. O primeiro trata sobre a sustentabilidade, suas dimensões e o contexto histórico das discussões, bem como a trajetória para se chegar ao desenvolvimento regional sustentável, destacando os objetivos do desenvolvimento do milênio.

No segundo capítulo, é realizada uma análise sobre Brasil e Estados unidos em face da sua colonização, destacando o reflexo dela para o modelo de sociedade atual, e como foi à constituição de lutas para implementação da política de cotas.

O terceiro capítulo, trata das ações afirmativas, seus antecedentes históricos, conceitos e objetivos, além de retratar o início da implementação no Brasil, a criação da Lei no 12.711/2012, e modalidades adotadas pela UFCA.

Por fim, o quarto capítulo sobre a educação superior no cariri, a metodologia adotada e a pesquisa de campo em si. Nele, tratamos sobre as rupturas e configurações que a política de cotas promove na vida dos sujeitos e na participação destes na sociedade.

Diante do exposto, nesta pesquisa podemos destacar a necessidade de manutenção, aperfeiçoamento e expansão da política de cotas, no intuito de democratizar e garantir o direito a educação de todos.

2 SUSTENTABILIDADE: O CONTEXTO HISTÓRICO DAS DISCUSSÕES

A respeito do direito a educação a luz da sustentabilidade, mister se faz, inicialmente, a discussão de alguns conceitos importantes à compreensão do tema.

2.1 Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) surgem a partir do documento intitulado “*Road Map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration*”, aprovado por todos os membros 56ª sessão da Assembleia das Nações Unidas no ano 2001 como resultado da Cúpula do Milênio ocorrida no ano anterior. Para Ban KiMoon – secretário-geral da ONU – Organização das Nações Unidas, “Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram os mais bem-sucedidos esforços para combater a pobreza em toda a história” (ONU, 2013, p.3).

A literatura vigente afirma que os ODM se originam de discussões oriundas das instituições – ONU e OCDE no contexto das relações internacionais pós-Guerra Fria, em meados da década de 1990. Durante a guerra fria, a hegemonia econômica e política gerava uma disputa entre os países que ficariam sob radar da potência dominadora, nessa perspectiva a disputavam a hegemonia política e econômica mundial que o papel de “moeda de troca” para atrair países em desenvolvimento para um dos dois lados.

Em meados da década de 1980, acreditava-se a implementação de políticas liberais seriam suficientes para levar esses países ao desenvolvimento, especialmente os subdesenvolvidos, com o fim da Guerra Fria, em 1989 com a queda do muro de Berlim, o panorama começa a modificar, sendo necessário um olhar diferenciado para os países em desenvolvimento, criando políticas de assistência ao desenvolvimento destes territórios, fruto de acordos e tratado de cooperação supranacionais (Hulme, 2010). A União Europeia, definiu como prioridade a ajuda ao desenvolvimento das nações parceiras, para isso monta um grupo de trabalho com objetivo de avaliar o futuro da ajuda ao desenvolvimento e o papel dos Comitês de ajuda ao desenvolvimento. As discussões preliminares, levaram a cabo a elaboração do documento “*Shaping the 21st Century: The Contribution of Development Cooperation*” (OCDE, 1996), que determinou objetivos e metas para até o ano de 2015, divididos em três áreas: desenvolvimento social, bem-estar econômico e

sustentabilidade ambiental desenvolvimento local. Este documento permitiu a primeira aproximação do que viria a ser os ODM, permitindo a consolidação de muito do que já havia sido acordado em outras Conferências ocorridas nos anos 90 (como a Eco-92) quanto a objetivos e metas.

Em setembro de 2000, os 189 países-membros da ONU, se reúnem em um evento chamado Cúpula do Milênio, cujo principal debate seria como definir as prioridades para o novo milênio, neste evento é lançado o documento “*We the peoples: the Role of the United Nations in the 21th Century*”. Cujo o principal tema do documento é a erradicação da pobreza. Alterando profundamente o entendimento geral de que para se obter desenvolvimento é necessário a redução ou eliminação da pobreza” (HULME, 2010, p.8), esse documento aprovado na cúpula, foi denominado de “Declaração do Milênio” que serviu de base para os ODM estabelecidos em 2001 no “*Road Map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration*”. O objetivo era fazer convergir dois processos que começaram de forma independente, o da OCDE e o da ONU.

Ainda no ano 2000 o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a OCDE, juntaram-se a ONU, outorgando em conjunto um documento chamado “*A Better World for All*” (FMI, OCDE, ONU, BM, 2000), principal documento base para o ODM. Contextualizando essa iniciativa que corroborou com ideias instituídas nos campos científicos por economistas como Amartya Sen, além também de comissões da ONU que visaram discutir e identificar continuamente se os objetivos, metas e indicadores estão sendo atingidos ou não, e o que poderia ser proposto para chegar a eles.

Há objetivos do milênio, como metas estabelecidas e firmadas como compromisso pelos membros das organizações das nações unidas, 189 países-membros da ONU e 23 organizações internacionais e são subdivididos em 21 metas e 60 indicadores.

Os objetivos do milênio são: 1) Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) Universalizar a educação básica; 3) Promover a igualdade entre os sexos e empoderar as mulheres; 4) Reduzir a mortalidade de crianças; 5) Melhorar a saúde materna; 6) Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças; 7) Garantir a sustentabilidade ambiental; 8) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. (Ravillion, Chen e Sangraula 2008).

Os ODM foram um importante divisor de águas, pois se “definiu pela primeira vez um conjunto integrado de metas quantitativas com prazos especificados numa tentativa de dar sentido operacional para algumas das dimensões básicas do

desenvolvimento humano” (ONU, 2013, p.5). Várias nações em desenvolvimento definiram estratégias nacionais para o desenvolvimento sob a ótica das orientações para atingir as metas dos ODM e colocar esses objetivos como prioridades nacionais. Os ODM fortaleceram a capacidade de produção de dados e análises concretas dos países em desenvolvimento que, para tanto, é necessária a ajuda mútua de outras nações, organizações e companhias.

Segundo Hulme (2010), há quatro importantes contribuições positivas dos ODM: estimula o consenso mundial global; fornece foco para a defesa da ajuda aos países mais pobres; aprimora a focalização e o fluxo de ajuda ao desenvolvimento e; desenvolve o monitoramento de projetos de desenvolvimento. As principais vantagens (forças) dos ODM seriam ter objetivos:

I) simples, limitados e mensuráveis; II) com prazo para serem alcançados; III) focados em áreas onde há grande consenso internacional; IV) orientado para resultados; V) que assumam o pressuposto que a pobreza é um fenômeno multidimensional e; VI) que venham acompanhados de políticas de apoio à produção de estatísticas. (Ravillion, Chen e Sangraula 2008).

Esta pesquisa tem como pilar analisar a isenção das ações afirmativas na educação superior, pelo que preconiza o objetivo II de Universalizar a educação básica, pública, gratuita e de qualidade a classe trabalhadora.

2.2 Direito a educação

A noção de fator estratégico de política pública atribuída à educação enquanto direito humano universal é reconhecida constitucionalmente. Vislumbra-se na Carta Magna de 1988, em toda a extensão da Seção I do Capítulo III, ‘Da Educação, da Cultura e do Desporto’, a pungente intenção de se atingir patamares mais elevados dos índices relativos à situação instrucional do país. Este legado constitucional confere a educação um tratamento notável, no que tange em especial o seu fomento e financiamento, antes não visto com tanto realce em Constituições precedentes. A título de melhor ilustrar o que ora se discorre, registre-se os seguintes artigos:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de

colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (grifos nossos)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

A dicção do caput do art. 214 sofreu alteração pela EC nº 59, de 2009. Antes, porém, não se previa o regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Evidencia-se, a partir de então, o reconhecimento do sistema nacional de educação, consubstanciado no Plano Nacional de Educação (PNE).

Em linhas breves, poder-se-ia afirmar que o PNE emerge da mesma necessidade de se organizar os sistemas de ensino no país (SAVIANI, 2008, p. 267). Sobre este documento-compromisso, frise-se:

O fato de ter sido aprovado por lei, porque assim a Constituição o determinou (art. 214), deve assegurar-lhe maior força e garantia de execução. De uma parte, porque o Poder Legislativo é a instância do debate democrático da sociedade e das decisões votadas pelos representantes do povo; de outra, porque a lei obriga. Seguramente o Secretário de Educação, a Associação ou o Sindicato dos Profissionais da Educação, uma ONG ou as escolas podem usar esse argumento em defesa de diretrizes, de objetivos e de metas do Plano contra eventuais opositores que pretendam dificultar sua execução. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE, 2014, p. 15).

Neste sentido, a União é o ente federado cuja área de atuação prioritária, consoante atribuição da Constituição Federal e da LDB, é o ensino superior. É neste contexto que surge a iniciativa do governo em corresponder a este compromisso consignado no PNE – 2014 e no que preconiza os objetivos do milênio para educação na sua meta que diz: Oferecer educação básica de qualidade para todos.

É tranquila, porém, a compreensão de que esse o momento oportuno para discutir os rumos da educação no Brasil nos próximos anos. Vemos no final dessa primeira década um esforço para romper com a predominância da iniciativa privada no âmbito da oferta de educação superior, visto que nos anos da década de 1990 houve um intenso crescimento de Universidades e Faculdades privadas no país. A título de exemplo, o Reuni e a expansão das Instituições Federais de Educação

Superior demonstraram uma mudança de atitude em relação ao financiamento da educação superior. Cedidas as devidas cautelas no tocante, não se pode descurar-se do fato de que este crescimento no setor privado também induziu oportunidades para a classe menos favorecida.

Das ponderações expendidas ao longo desta temática, é permitido admitir que existe um grande contingente de estudantes da classe menos favorecida que está conseguindo abrir a porta de entrada da universidade e garantir seu lugar neste universo privilegiado do saber. Paradoxalmente, este cenário de inclusão social projeta a imagem dos sujeitos identitários específicos, o que configura uma espécie de seleção imposta das classes sociais para as carreiras universitárias. O fato de algumas carreiras serem destinadas a determinados indivíduos está na origem do sistema econômico e é ainda um nó górdio que tende a perdurar na cultura ocidental.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE INVESTIGAÇÃO, OBJETOS DE ANÁLISE, CAMPO E SUJEITOS DA PESQUISA

3.1 Fundamentos metodológicos da pesquisa

O *corpus* da pesquisa é co-instituído no curso de graduação (bacharelado) em medicina, vinculado a Faculdade de Medicina na Universidade Federal do Cariri-UFCA, escolhido por ser identificado como iniciação a carreira universitária tradicional, socialmente etilizada, altamente concorrida em determinadas classes, graças ao difícil ingresso, que historicamente segrega grupos menos favorecidos, não representados no corpo discente, elemento atrelado ao fato de ser a Medicina um curso ofertado por universidade pública federal e essa segue a legislação e desde sua origem adotar a política de cotas para ingresso, além de sua importância regional e referência como instituição de educação superior pública no estado, revelando desta forma o campo de interesse desta investigação como política inclusiva para desenvolvimento regional e emancipação social. A Figura 1 mostra a localização da FAMED.

Figura 1- Mapa da Faculdade de Medicina (FAMED) localizada na cidade de Barbalha-CE



Fonte: Autor (2019).

A abordagem adotada é de cunho qualitativo que, Conforme Lakatos e Marconi (2010, p. 269) “[...] preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo o comportamento humano. Fornece uma análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc”.

Marconi e Lakatos (2011, p. 269) ao descreverem sobre os métodos em comento, trata de diferenciá-los:

O método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.

Observando a complexidade dos fatos sociais e das situações que resultam deles, bem como também a limitação natural da pesquisa e do caráter temporário de acessar o objeto de estudo em sua totalidade, conceituamos: “as ideias ou explicações que fazemos da realidade estudada são sempre mais imprecisas do que a própria realidade” (MINAYO, 2006, p. 37), desta forma busca-se dialogar com as estratégias para conhecer e findar o que se pretende neste sistema.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, também serviu à presente investigação e é indiscutivelmente o meio mais utilizado para este tipo de trabalho, isso porque, segundo Gil (2008, p.46) “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas (...)”.

Corroborando com esse entendimento, são esclarecedoras as lições de Gil (2010, p. 29) ao conceituar com precisão o que vem a ser a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet.

Durante a fase exploratória do trabalho foi realizada, segundo indicação *supra*, pesquisa bibliográfica das principais categorias de análise desta proposta: educação superior, universidade pública, ações afirmativas, cotas e raça. Buscando

desta forma: “estabelecer um diálogo reflexivo entre a teoria e o objeto de investigação escolhido” (MINAYO, 2001, p. 19), fundamentando-se em dados como a legislação, estatísticas, censos, permitindo desta forma uma discursão acerca das seguintes premissas norteadoras deste estudo, conforme o Quadro 1.

Quadro 1- Dimensões de Análise, Fontes e Métodos da Pesquisa

Dimensões	Fontes	Métodos
Normativa	Regimento, Estatuto e demais normativas da UFCA Planejamento Estratégico Institucional – PEI Projeto Pedagógico do Curso – PPC do curso de graduação em Medicina Lei 12.711/2012 que instituiu a Lei das Cotas nas Universidades e Instituições Públicas Federais Lei 12826/2013 que instituiu a Universidade Federal do Cariri (UFCA)	1) Análise Documental
Ensino, Pesquisa e Extensão	1) Ações Institucionais que promovam a inclusão do estudante cotista no curso em tempo integral; 2) Ações da Universidade que visam avaliar a implementação de políticas de inclusão	1) Mapeamentos das Ações 2) Análise Documental Sitios institucionais da Universidade e de órgãos de fomento e supervisão
Gestão	Pesquisa de campo com gestores da Universidade Federal do Cariri: Pro-reitores de graduação e de Assuntos Estudantis, Diretor da Faculdade de Medicina e Coordenador do curso, estes dois ultimos atuam na graduação	1) Entrevistas Individuais com Roteiro Semiestruturado 2) Análise do discurso - Análise discursiva
Discentes	Entrevistas com estudantes do curso, observado a forma de ingresso como cotistas e não-cotistas.	1) Entrevistas Individuais com Roteiro Semiestruturado 2) Análise do discurso - Análise discursiva

Fonte: Autor (2018).

No que se refere à pesquisa documental o foco dela foi conhecer os documentos que institucionalizaram a universidade, bem como a lei de criação da UFCA e de implementação das cotas, além do regimento, estatuto e resoluções, e o plano de desenvolvimento institucional denominado PEI-Planejamento, Estratégico, Institucional, o projeto pedagógico do curso de medicina e demais documentos que norteiam e orientam o pleno funcionamento da universidade e suas diretrizes quanto à comunidade acadêmica. No que diz respeito ao mapeamento: de informações

públicas, disponíveis na página oficial da universidade na internet, e de programas, projetos, eventos e ações que priorizem garantir a permanência dos discentes cotistas, bem como a avaliação destas perante a comunidade.

Quanto às entrevistas individuais, foram realizadas no período de dezembro a fevereiro com gestores e discentes do curso, objetivando conhecer a percepção e avaliação da comunidade sobre a política de cotas e se a mesma é efetiva quanto a promoção da inclusão da classe trabalhadora neste espaço, uma vez que houvera uma ruptura, além da plena participação deste sujeitos como cidadãos na sociedade promovendo o desenvolvimento local, atrelado a uma nova configuração social.

O Quadro 2 expõe as categorias de análise que orientaram a formação do questionário do roteiro da entrevista com discentes e gestores (ANEXO A) que permitiram organização do dado demonstrado no trabalho:

Quadro 2- Categorias Iniciais de Análise – Roteiro de Entrevista-Gestor

Política de Cotas:
- Conhecimento da política de cotas para estudantes negros/pardos/deficientes;
Acompanhamento institucional ao estudante cotista:
-Acompanhamento por parte da IES aos estudantes ingressantes pelo sistema de cotas.
Desenvolvimento de ações:
-Ações desenvolvidas pela IES quanto a políticas de ações afirmativas no período de 2014 a 2018
Avaliação das cotas:
– A avaliação da política de cotas

Fonte: Autor (2018).

Os sujeitos participantes convidados para responderem a pesquisa foram: Pró-Reitor de Graduação – PROGRAD, Pró-Reitor de Assuntos Estudantis – PRAE, Coordenador de atenção e Integração Estudantil, Diretor da Unidade Acadêmica Faculdade de Medicina – FAMED, Coordenador do curso de graduação em Medicina, que atuam nesta IES desde a sua origem, personagens que avaliaram sua percepção enquanto docentes e como gestores, uma vez lidam diariamente com assuntos acadêmicos relacionados ao estudante cotista do curso, objeto do estudo.

Após escolha da amostra que totalizou cinco gestores, realizou-se contato por comunicação eletrônica e-mail; posteriormente reiterou-se o convite através de contato telefônico, todos os envolvidos na pesquisa responderam positivamente a provocação e as entrevistas ocorreram na Pró-Reitoria de Graduação e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, localizados no Campus de Juazeiro do Norte-CE e na Direção da Unidade Acadêmica Faculdade de Medicina e coordenação do curso de Medicina localizados no campus em Barbalha-CE, Entre os dias 21 de dezembro de 2018 a 15 de fevereiro de 2019, com duração média de 50 minutos, totalizando em torno de quatro horas. O Quadro 3 mostra esse roteiro.

Quadro 3- Categorias Iniciais de Análise – Roteiro de Entrevista- Estudante

Política de Cotas: - Forma de ingressos.
Aspectos apoio institucional ao estudante cotista e não-cotista: - Adaptação ao curso; - Ações para acompanhamento estudantil.
Avaliação de ações institucionais ao estudante cotista: - Avaliação da política de cotas, - Avaliação das políticas de permanência.
Autoavaliação: – Autoavaliação quanto ao ingresso na IPES.

Fonte: Autor (2018).

Neste segmento os estudantes foram escolhidos através de convite formal realizado pela coordenação, através de comunicação eletrônica para estudantes do 4º ano, entre o sexto e sétimo período do curso ingressante como cotista negro, pardo de escola pública, bem como não-cotistas e estudante estrangeiro. E estudante do primeiro ano do curso, ingressante como deficiente, a princípio 19 estudantes se mostraram disponíveis para responderem ao questionário, porém após novo contato telefônico foram selecionados seis, após escolha da amostra, identificou-se que a faixa etária estava entre 19 e 27 anos, as entrevistas na Unidade Acadêmica Faculdade de Medicina, localizados no campus em Barbalha-CE, Entre os dias 21 de dezembro de 2018 a 15 de fevereiro de 2019, com duração média de uma hora, totalizando aproximadamente seis horas.

Quanto aos aspectos éticos, aos sujeitos participantes foi esclarecido que esta pesquisa fora apresentada e aprovada ao/pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Medicina do Cariri (CEP/MEDCARIRI/UFCA) e que encontra-se arquivado neste, sob o Protocolo Parecer: 3.097.459/2018, sendo respeitada a resoluções **Nº196/96 versão 2012** e **Nº 510/2016** que versa as especificidades éticas na pesquisa nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, esclareceu-se, também, o objetivo do estudo por meio Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Anexo), destacando sempre a livre participação, com a preservação da identidade nominal que foi mantida sob sigilo, sob os cuidados do pesquisador que arquivou os termos e dados, e os manterá sob sua responsabilidade pelo período de cinco anos, utilizando desta forma os dados de forma anônima, única e exclusiva para este trabalho.

As entrevistas foram transcritas e analisadas por Análise Textual Discursiva – ATD (Anexo E).

[...] um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem a partir de uma sequência recursiva de três componentes: a desconstrução dos textos do “corpus”, a unitarização; o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar o emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 12).

Por meio deste recurso foi possível descrever e interpelar o sentido que o conjunto de textos e ideias apresentados pelos participantes representa, uma vez que este conjunto de elementos e recursos textuais promovem uma nova releitura e interpretação, construindo uma compreensão do fenômeno que é objeto de estudo da investigação, sob a ótica exposta pelo autor do texto quanto do pesquisador.

Desta forma, o processo de análise do corpus é fragmentado, resultando em unidades de análise que denotam e selecionam “um conjunto capaz de produzir resultados válidos e representativos em relação aos fenômenos investigados” (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 17), cujo objetivo é esclarecer o foco que delineia a investigação, que por sua vez, fora marcada pela autoria do autor, construindo desta forma a articulação com as referências bases, validado assim o estudo.

Amparado pela noção tripartida, na qual os dados empíricos, as teorias fundamentara a análise do pesquisador sob a ótica: da polissemia e da possibilidade de interpretação e significado do material em foco, promovendo uma partuda

epistemológica com o senso comum (SANTOS, 2003), e assim o autor assume a consciência de uma atuação sujeitas a interferências subjetivas.

Inicialmente a análise se ateve a desconstruir o texto em partes, isto é desmontar e desintegrar, destacando assim elementos constituintes. A análise trouxe variada interpretação e significado aos fatos, estabelecendo assim uma relação entre os eixos centrais e o processo de categorização, como definido em “um processo de comparação constante entre as unidades no momento inicial da análise, levando a agrupamentos de elementos semelhantes, isto é, conjunto de elementos de significados próximos” (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 18).

Segundo Moraes e Galiazzi (2007), as categorias podem ter as seguintes fases de análises: iniciais, intermediárias e finais; organizando-os seguindo elementos do meta-texto, do que se pretende descrever, que podem ser classificados em: a priori, emergentes e intuitivas; que através do método poderá ser categorizado com discussões teóricas.

As categorias adotadas na metodologia desta pesquisa visam construir uma concepção da fenomenologia, objeto de análise, aglutinando elementos para conceder uma nova interpretação das relações estabelecidas.

Desta forma, dada a natureza singular deste estudo, não se pretende que os resultados obtidos sejam generalistas, aplicáveis a outros contextos e situações, mas que contribuam para o conhecimento aprofundado de questões que corroboram para o objeto de estudo proposta. Assim, o percurso de construção das categorias analíticas da pesquisa sob a metodologia de Análise Textual Discursiva, se desdobram em categorias que possibilitaram em compreender o trabalho em foco.

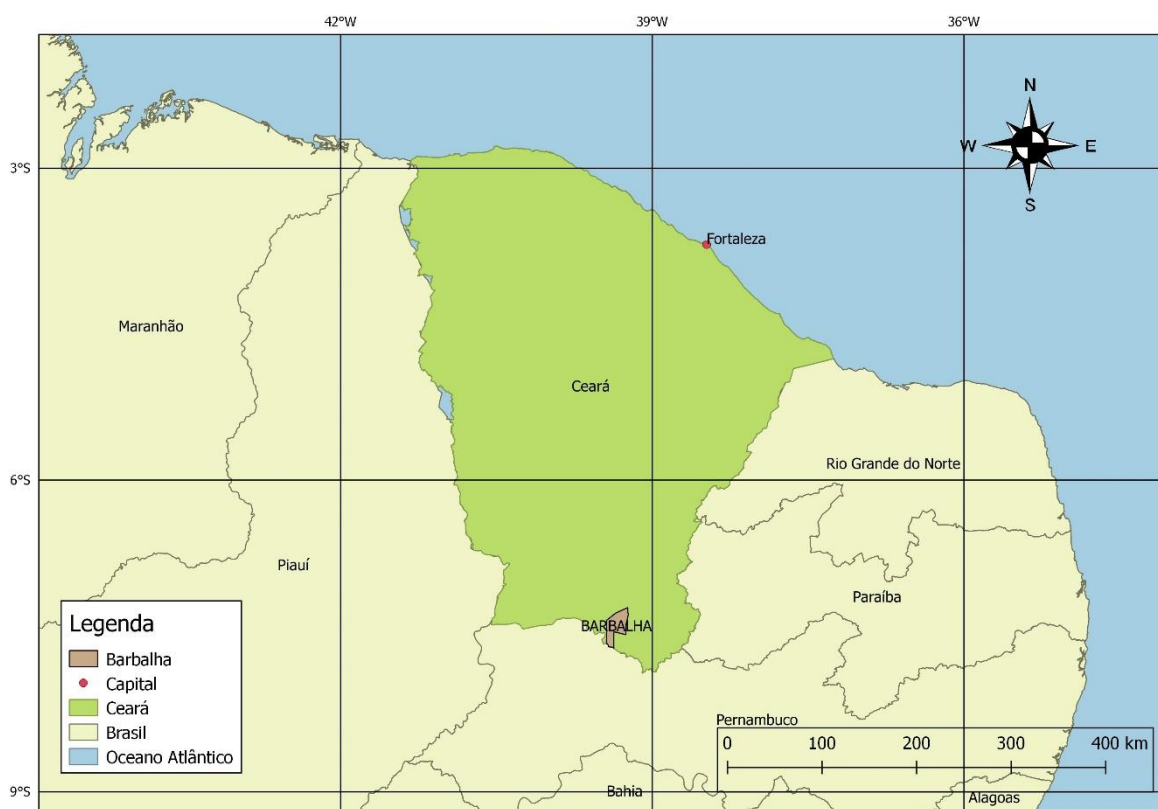
Criam-se políticas, mas sem recursos para, de fato, as instituições implementarem as mesmas, não há tradutores de LIBRAS, brailistas, técnicos, os deficientes entram na universidade com uma estrutura ineficiente, o processo inclusivo será feito devagar, é lógico que os estudantes são penalizados,

“Tudo o que inicia é assim, e nessa nova política com deficiente eles estão entrando sem estrutura necessária para fazerem-se eles permanecerem no curso, mas ai temos um papel fundamental nos nossos programas para mantê-los, não é só entrar, ele precisa permanecer no curso. A gente faz entrevista com eles, e encaminha as demandas ao setor e eles buscam suporte com os setores, é uma parceria visando mantê-los na universidade. A gente tem um papel importante, pois não é só entrar, mas permanecer que o mais complexo, a gente faz atendimento e encaminha”. (Relato de profissional – pro - reitor)

3.2 Educação superior no cariri

No ponto de partida é região Cearense denominada Cariri, localizado geograficamente ao extremo Sul do Estado do Ceará. Sua extensão compõe a aglomeração de diversos municípios cearenses, surgindo da ligação entre as cidades de Crato, Juazeiro e Barbalha, que forma o conhecido triângulo CRAJUBAR. A região do Cariri é “comumente” chamada de “ Oásis do Sertão”, por ser uma região conhecida pela sua diversidade de paisagem e a longa extensão de terras abundantes e férteis em pleno sertão, pela localização privilegiada no entorno da chapada do Araripe, região rica em biodiversidade, e é nesta localidade que sob um pujante setor de serviços, e sob a égide do ensino superior que conheceremos como as ações afirmativas foram inseridas.

Figura 2- Mapa do estado do Ceará, destacando a cidade de Barbalha



Fonte: Autor (2019).

Antes de considerarmos, em âmbito local, o sistema educacional de “terceiro grau” (como era outrora chamada a educação universitária) no âmbito local do Cariri cearense, é necessário compor uma definição de ensino superior apta a

satisfazer, com limites bem definidos, o caráter didático do presente esboço investigativo. Podemos dizer, em apertada síntese, que a educação (ensino) superior consiste numa fase de estudos, pesquisas e aprofundamento cognitivo que sucede, necessariamente ou não, o ensino médio regular. Possui diferentes modalidades (por exemplo: licenciaturas, bacharelados, cursos de aperfeiçoamento, pós-graduações, etc.). Nos diferentes países, a legislação trata com diferenças significativas tais bases e estilos educacionais. No Brasil, tanto a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) quanto outros documentos (mormente portarias ministeriais) abordam, com profundidade o tema que não receberá, aqui, minúcias.

Para falarmos da trajetória de implementação do ensino superior nesta região, faz-se necessário situarmos o surgimento da Universidade Regional do Cariri, criada segundo o seu estatuto através da Lei Estadual n.º 11.191/86 com autorização do Decreto Presidencial n.º 94.016, sendo instalada oficialmente em 7 de março de 1987. Integrando o Sistema de Ensino Superior do Estado, vinculada à Secretaria da Ciência e Tecnologia, fruto da junção da Faculdade de Filosofia do Crato e da Faculdade de Direito do Crato (LEITINHO, 2000). Atualmente conta com cursos de graduação: licenciatura, bacharelado e tecnólogo; cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

Nas décadas de 1990 e 2000, surgem novos investimentos públicos e privados para o incentivo a educação superior, com a aberturas de faculdades e cursos que pudessem oferecer a modalidade, sendo criado assim o Instituto Federal do Ceará - IFCE, através da Lei. N.º 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008, aglutinado através do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará com a Escola Agrotécnica Federal do Crato, vinculado ao Ministério da Educação, é uma autarquia de natureza jurídica, detentora de autonomia, como qualquer outra Instituição de Ensino Superior Federal, com reitoria em Fortaleza (CE). No Cariri é ofertado cursos de graduação: licenciatura, bacharelado e tecnólogo dentre outros cursos de pós-graduação lato sensu. (fonte)

Em 30 de dezembro de 1997, através da Lei Nº 12.781 é instituído o “Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais”, cuja proposta tinha com base a Lei federal n. 9.637, de 15 de maio de 1997, e através do Decreto Nº 25.927, de 29 de junho de 2000 é regulado e instituído no Ceará o Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), que é regido sob uma sociedade civil de direito privado, como organização social, cuja função fundamental é promover a educação técnica e

tecnológica para áreas estratégicas. Conta com a oferta de cursos de técnico, graduação e especialização lato sensu para áreas prioritárias. (fonte)

Em meio a demanda crescente por áreas ainda não exploradas com políticas públicas, grandes grupos educacionais despertam para explorar esse nicho, o primeiro surgiu através da Lei Municipal nº 2.315 de 12 de agosto de 1998, que regulamentou o surgimento e implantação da Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte – FMJ, naquele ano. No ano de 2008, a instituição foi aglutinada ao grupo Estácio de Sá, que atualmente oferece graduação e especialização lato sensu, nas modalidades presencial e a distância.

Em 2001, através da Portaria 1.149 do MEC, é instituída a Faculdade de Ciências Aplicadas Doutor Leão Sampaio, atual Centro Universitário Leão Sampaio (UNILEÃO), pela portaria 164 de 29 de março de 2001, e conta com a oferta de cursos de graduação: Tecnólogo, Bacharelado e Licenciatura, e especializações lato sensu. Em 2003, sob a Portaria Ministerial Nº 3.763/2003, é instituída a Faculdade de Juazeiro do Norte – FJN, instituição privada que oferece cursos de graduação em: Bacharelado e Tecnólogo, além de cursos de especialização lato sensu na modalidade presencial.

No ano de 2005, através da portaria ministerial de nº 1.288, é instituída a Faculdade Paraíso do Ceará, com oferta de cursos graduação em: Bacharelado e Tecnólogo, além de cursos de especialização lato sensu.

A região também recebeu investimento de grandes conglomerados com oferta de cursos de graduação e especialização a distância tais como: Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Universidade Paulista (UNIP), Universidade Anhanguera (Anhanguera), Damásio Educacional e Centro Caririense de Pós-Graduação (CECAP), todos com oferta de ensino superior, sob a tutela de um polo de apoio presencial.

A Universidade Federal do Ceará, instituída através do Decreto Presidencial n.º 6.096, de 24 de abril de 2007, o Reuni, que foi um programa federal que incentivou a expansão e estruturou a Universidades Públicas e permitiu o surgimento do campus Cariri. Posteriormente surge a Universidade Federal do Cariri (UFCA) instituída através da Lei 12.826, de 05 de junho de 2013, a partir do desmembramento com a Universidade Federal do Ceará (UFC), ficando a primeira subordinada à segunda através de termo de cooperação. Com a natureza jurídica de uma autarquia, a UFCA é vinculada ao Ministério da Educação (MEC) com sede na

cidade de Juazeiro do Norte, e campi localizados nos seguintes municípios: Juazeiro do Norte, Barbalha, Crato, Brejo Santo e Icó. Com o objetivo de promover o ensino, pesquisa, extensão cultura e a inclusão social através do desenvolvimento regional. Atualmente a instituição possui os seguintes cursos de graduação: Medicina, Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática, Agronomia, História, Administração, Administração Pública, Biblioteconomia, Jornalismo, Design de Produto, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Filosofia e Música. (UFCA, 2019).

O curso de graduação em bacharelado em Medicina funciona no campus Barbalha, em turno integral, do tipo presencial, na área de conhecimento Cnpq Ciências da Saúde, tendo obtido Curso autorização para funcionamento no então campus Cariri da Universidade Federal do Ceará, em março de 2001, hoje é reconhecido pelo MEC com conceito 4 na Avaliação de 2007. Publicado no Diário Oficial da União, Portaria n. 494, de 20 de dezembro de 2007, Seção I, páginas 34 e 35, além de ofertar um curso de Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde (UFCA, 2019).

Atualmente existem cinco programas de pós-graduação Stricto Sensu, quatro na modalidade mestrado profissional, dentre eles: Programa de Pós-Graduação Multicêntrico na área de Bioquímica e Biologia Molecular (PMBQBM); Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT); Programa de Pós Graduação em Biblioteconomia (PPGB), Programa de Pós Graduação em Ciências da Saúde (PPCS) e um na modalidade de mestrado acadêmico em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), além de parcerias estabelecidas com outras instituições através de Dinter.

3.3 A política de cotas no brasil e no cariri cearense

Nesta seção abordamos os antecedentes das ações afirmativas, delimitando o escopo e foco do trabalho em como se implementou a Lei das Cotas nas Universidades Públicas do Brasil.

Inicialmente esta política fora iniciada nos Estados Unidos da América (EUA), como forma de reparação a exploração e discriminação sob a população negra, as mulheres, aos deficiências e outros. Sob a questão racial, que é controversa ainda, que se permitiu que a implementação em outras nações, tais como: Índia, Nigéria, Sri Lanka, Brasil e outros.

Para Santos (1998), no Brasil, as Ações Afirmativas nem tinham sido instituídas de fato, apenas eram comentados atributos para a inserção dos negros e mulheres no mercado de trabalho. O assunto já gerava muita controversa na época. Antes de se conhecer sobre a adoção das ações afirmativas no Brasil, cumpre-se entender o como se conceitua para se ter o objetivo de estudo, para Tavares (2003) se considera Ações Afirmativas como medidas privadas ou políticas públicas que visem beneficiar determinados segmentos da sociedade, sob o fundamento de lhes falecerem as mesmas condições de competição em virtude de terem sofrido discriminações ou injustiças históricas. Confirmando-se como ações afirmativas legítimas até alcançarem o objetivo almejado e constituírem um patamar de neutralidade relativamente a este grupo. Não se trata de mera ação compensatória (por perdas já ocorridas), mas de verdadeira concessão de preferências, de benefícios atuais e com objetivo certo: incremento das oportunidades.

Na perspectiva de reparação dos danos ocasionadas pela segregação social e racial, que se permitiu incluir esta política buscando o desenvolvimento de uma sociedade plural e livre de preconceitos faz com que a diversificação e qualificação com qualidade de castas inferiorizados sejam inseridas como iguais. Visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária A ação afirmativa tem como principal foco a proteção e garantia da tutela de direitos àqueles que historicamente foram excluídos.

Para Piovesan (2008), para ser considerado sujeito passivo detentor do direito as ações afirmativas, o sujeito deve se encaixar e provar que possui as características necessárias para se enquadrar nos programas afirmativos. Deve provar que há desvalorização de sua pessoa ou grupo em virtude de discriminação. Atuando de forma precisa e decisiva na sua promoção e integração nas esferas da sociedade, como por exemplo, mercado de trabalho ou no caso presente a busca de uma melhor qualificação profissional por meio da educação.

É no ano de 2012, através da Lei Nº 12.711, conhecida como Lei das Cotas, que o estudo se constitui. Demonstrando os reflexos gerados pela Lei das Cotas. Em síntese quando a lei foi sancionada de forma nacional, a UFCA ainda não existia, fazia parte da Universidade Federal do Ceará-UFC. Apenas em 2013, com o surgimento desta IES, especialmente em 05 de Junho, pela Lei Nº 12.826, que esta instituição se desmembra da UFC, tornando-se assim uma autarquia de natureza jurídica, vinculada ao Ministério da Educação, com sede em Juazeiro do Norte.

Compreendendo na sua composição cinco campi; no de Juazeiro do Norte, nove cursos de graduação (Administração, Administração Pública, Biblioteconomia, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Design de Produto, Filosofia, Música, Comunicação Social-Jornalismo), e a Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável. Na cidade de Barbalha funciona o curso de Medicina, no campus Crato o curso de Agronomia, no município de Brejo Santo o curso de Licenciatura em Ciências Naturais, sediando também o Instituto de Formação de Educadores. E por fim no campus de Icó, é oferecido o curso de bacharelado em História, sendo sede do Instituto de Estudos do Semiárido (UFCA, 2015). As modalidades de cotas que serão apresentadas foram retiradas do site do SISU.

Em construção a uma nova política de ação afirmativa, através da Lei Nº 12.711/2012, a UFC assim como várias outras instituições federais, adotaram as novas políticas de cotas estabelecidas pela nova lei. A UFC aplicou as quatro modalidades de cotas determinadas pela nova legislação, ficando subdivididas em: L1, L2, L3 e L4. Essa denominação adotada pela universidade está associada para discriminar cada tipo de cota, designando em: L1. Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). L2. Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1, salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). L3. Candidatos que, independentemente da renda (art. 1, II, Portaria Normativa no 1 2012, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). L4. Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (Art. 1, II, Portaria Normativa No. 1/2012, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (SISU, 2016). De acordo com a legislação e a denominação adotada pela UFC, percebe-se que o ponto em comum de todas as modalidades de cotas é que ambas preconizam o ingresso de alunos advindos do ensino médio público, sendo que a denominação L1, refere-se ao aluno com renda menor ou igual a 1,5 salário-mínimo. A L2 preconiza além da renda mensal a autodeclaração de preto, pardo ou indígena. A L3 estabelece qualquer tipo de renda, e por fim a L4 refere-se somente a autodeclaração independente da renda.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Concepções dos discentes do curso de medicina acerca das cotas:

A discussão acerca da política de cotas, evidenciando a forma de ingresso do estudante, bem como adaptação ao curso, compressão sobre a política de inclusão e permanência, bem como discurso de aceitação ou não-aceitação, bem como promover reflexão acerca do racismo e preconceito quanto ao acesso da população historicamente excluída, tem suscitado o debate nos espectros ideológicos, políticos e de valores a partir de raça e condição socioeconômica, evidenciados na fala dos discentes entrevistados com posições favoráveis e contrárias a política, bem como os fatores positivos e que necessitam ser melhorados para autêntica representação.

A partir da fala dos estudantes, agrupou-se e organizou-se por categorias, afim de conhecer de que forma esta política interfere no espaço de poder da universidade, bem como se há promoção da emancipação acadêmica, social e pessoal dos sujeitos, a partir do ingresso, permanência e saída da instituição.

4.2 Cotas? O que representam?

Como instituição recém criada pelo Governo Federal, a Universidade Federal do Cariri, adota como modelo de implementação o que preconiza a Lei nº 12.711/2012, com reserva de vaga para estudantes negros, pardos, indígenas, e deficientes oriundos de escola pública, em vulnerabilidade socioeconômica, enquanto campus da Universidade Federal do Ceará, seguia o que a IES abrigava como medidas paliativas antecedendo a lei, como a isenção de taxas administrativas para ingresso via vestibular, utilizando apenas o critério social, como segmento inclusivo. Inicialmente fora apresentado ao estudante convidado a responder a entrevista, o termo de consentimento livre esclarecido, bem como apresentado o objetivo e considerações acerca do trabalho. A Figura 3 mostra a sala de aula.

Figura 3- – Sala de aula na Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

Já o Quadro 4 mostra a à forma de ingresso dos discentes.

Quadro 4- Quanto à forma de ingresso

O seu ingresso na UFCA foi?
Estudante 1: Ampla Concorrência; Estudante 2: Cota para candidato que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; Estudante 3: Cota para candidato autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita (por pessoa) igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; Estudante 4: Cota para candidato que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; Estudante 5: Cota para candidato autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; Estudante 6: Cota para candidato autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita (por pessoa) igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; Estudante 7: Cota para candidato com renda familiar bruta per capita (por pessoa) igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Estudante 8: Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G).

Fonte: Autor (2019).

Quanto aos gestores da UFCA, os discentes acreditam que quando se analisa a adaptação dos discentes egressos do ensino médio a um curso em regime integral, desenvolveu-se o Quadro 5.

Quadro 5- Adaptação dos Discentes

P. 2- Como foi a sua adaptação no curso de graduação que você frequenta atualmente?
Estudante 1: Muito boa. Isso se deu por experiências anteriores justamente com o ambiente de pré-vestibular que muitas vezes me apresentou um universo de estudo muito mais ríspido e exigindo de mim mais autonomia e inteligência emocional do que a faculdade; Estudante 2: Foi boa, porém a carga horária do curso é maior do que a do ensino médio. No início foi complicado de entender todas as possibilidades que tinha ao estudar numa universidade pública, mas depois fui entendendo melhor como tudo funciona: ligas, estágios, bolsas, monitorias, pesquisas e etc; Estudante 3: Boa. Porém no começo foi difícil, pois além do curso ser puxado e exigir dedicação, leva um tempo pra se acostumar com a distância da família, além do curso ser integral; Estudante 4: Foi normal, o mais difícil foi conseguir se inserir nas várias atividades extras que a universidade oferece; Estudante 5: Foi difícil, pois vim de um ensino médio que tinha contato com amigos desde a infância e na faculdade tive contato com pessoas diferentes e com professores que utilizam outros métodos de ensino, além de uma estrutura de curso complementamente diferente do ensino médio, precisei reaprender a conviver; Estudante 6: Foi boa, porém o lado difícil foi cumprir os períodos e aulas em tempo integral, uma vez que não estava adaptada a esta modalidade; Estudante 7: Foi boa no sentido de ser acolhida, por ter saído de uma escola profissionalizante, com aulas em regime integral, nesse sentido não senti dificuldades, porém a maneira que os professores dão aula foi um problema, era muito diferente do ensino médio, quanto a moradia não foi ruim, uma vez que Barbalha é uma cidade pequena que lembra muito Brejo Santo, e tem também muito estudante e todo mundo se ajuda, a mudança de cidade não foi ruim, foi rápida e por ser uma cidade universitária aqui há sempre muitos estudantes e todo mundo se ajuda, na questão de despesas como aluguel, caronas e outras. Estudante 8: Como cidadã africana, de cabo verde, tive boa adaptação ao curso e a disciplinas.

Fonte: Autor (2019).

A Faculdade de medicina da UFCA, admite através do SISU, cerca de 80 alunos anualmente, o curso funciona em horário integral, durante os turnos manhã, tarde, e noite nos dois primeiros anos a formação é geral, voltada para disciplinas predominantes biológicas, com grande número de aulas teóricas e em laboratórios durante o dia, o curso apresenta também atividades supervisionadas, Neste aspecto consideramos que os estudantes tiveram certas dificuldades de adaptação ao regime do curso, em tempo integral, uma vez que a oferta de disciplinas, abordagem dos

docentes e propostas de extensão e pesquisas, durante a noite existem as ligas acadêmicas vinculadas a projetos de pesquisa, extensão e cultura e são aspectos inovadores em relação ao ensino médio.

Figura 4- Sala de aula na Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

O Quadro 6 diz respeito à percepção estudantil quanto a política de cotas para ingresso no ensino superior, obtivemos os seguintes:

Quadro 6- Políticas de cotas sobre a perspectiva dos discentes

P. 3- Você é favorável à política de cotas para o ingresso no ensino superior?
Estudante 1: Sim, mais como medida emergencial, paliativa e não como medida definitiva para equiparar o ensino público ao privado; Estudante 2: Sim, acho uma política importantíssima e ainda necessária por questões de direitos sociais e equilíbrio socioeconômicos; Estudante 3: Sim, completamente, é necessária; Estudante 4: Eu sou a favor sim. Pois é uma medida que visam promover uma sociedade justa e igualitária; Estudante 5: Eu sou a favor, e sou também beneficiado com ex-aluno de escola pública; Estudante 6: Sou totalmente a favor a política de cotas; Estudante 7: Sou favorável as cotas, existe uma barreira muito grande para quem é de escola pública, e com frequência tem mais dificuldades financeiras para ter essa oportunidade, sem as cotas um aluno de escola pública teria menos chances que o de uma escola particular, não por capacidade,

mas por oportunidades, considerando o que recebe ele para construir seu conhecimento. Acho que as cotas são uma medida de emergência para diminuir as diferenças. Na faculdade de medicina você ver a placas dos formandos, antes você via todo mundo branco, teve um professor aqui em especial que disse assim: antes as turmas eram de uma cor só e agora são todas coloridas.

Estudante 8: Sou totalmente favorável a política de cotas, pois dá oportunidades a jovens que venham de contextos mais desfavorecidos ou, no meu caso de locais pobres como é África, onde não oferecem a opção de curso desejada.

Fonte: Autor (2019).

Já a figura 5 mostra a sala de aula da FAMED.

Figura 5- Sala de aula na FAMED



Fonte: Autor (2019).

Nesta categoria, todos os entrevistados expressam seu posicionamento favorável à política de cotas, pois acreditam que esta política possibilita a democratização do acesso ao ensino superior, o discurso revela que os estudantes são favoráveis a política de cotas por considerar que esta promove a igualdade material entre estudantes pertencentes a classes sociais e/ou etnias diferentes.

4.2 Contribuições das Cotas ao Ambiente Acadêmico

O Quadro 7 teve como objetivo revelar se o estudante cotista percebe ações oferecidas e realizadas pela instituição que permitam sua permanência:

Quadro 7- Ações de Permanência

P. 4- Em sua opinião a UFCA desenvolve ações internas para favorecer a permanência do estudante (cotista e não cotista) no Ensino Superior? Qual (is)? Analise considerando a sua forma de ingresso, comente:

Estudante 1: Sim, sendo estudante de baixa renda, já necessitei de auxílios financeiros como o auxílio emergencial, aqui me benefício do restaurante universitário e de outras medidas de inclusão do meio acadêmico como bolsas de extensão e cultura;

Estudante 2: Sim, pois aqui facilitam bastante o acesso a alunos mais carentes que não tiveram acesso a educação de qualidade do ensino privado, a ingressarem por cotas e contam com programas de inclusão e permanência;

Estudante 3: Sim; o auxílio emergencial e o auxílio moradia são exemplos básicos disso. É um bom valor que ajuda muito o estudante nas contas, porém acho que ainda existe deficiência quanto a análise de quem precisa pois percebo que há um conceito já formado de que o estudante de medicina tem condições financeiras melhores que os demais;

Estudante 4: Sim. As bolsas e auxílios compreendidas pela Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis. Essas ações permitem a permanência estudantil, sobretudo, dos alunos em estado de vulnerabilidade socioeconômica;

Estudante 5: Sim. Na minha opinião ainda estão em número reduzido de ações necessárias, mas existem. Exemplos que podem ser citados são os projetos de extensão e os projetos de ensino (monitorias), que estimulam tanto a permanência quanto o convívio com a comunidade;

Estudante 6: Sim, há auxílios e bolsas, além do restaurante universitário que ajudam muito quem é cotista ou não-cotista a se manter no curso, que é integral;

Estudante 7: A UFCA, promove ações de manutenção dos estudantes cotistas, tem a questão dos auxílios, pela PRAE, que desenvolve muitas ações como: bolsa de iniciação acadêmica, auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio creche, você pegando os editais no prazo, consegue, porém as vagas diminuíram um pouco, mas é uma questão interna, mas aqui desenvolvem ações sim, tem o RU, com isenção, para quem é pobre e encaminha para PRAE, sua documentação, para quem é cotista há o desconto, e este não precisa encaminhar nenhum documento, isso é muito bom. O RU é muito bom, satisfatório para o valor pago, há almoço e jantar.

Estudante 8: Sim, Existem ações de acolhimento, o *“buddy program”* que permite designar um estudante ingressante a um veterano. Existe a possibilidade de candidatar a bolsas estudantis a cada semestre

Fonte: Autor (2019).

Os estudantes acreditam que a UFCA trata a todos de forma igualitária, não havendo distinção em virtude das cotas, há um reconhecimento das ações da universidade para manutenção estudantil, como: bolsas de iniciação acadêmica, bolsas em projetos de extensão, palestras, restaurantes universitário, auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio creche, afetividade e aulas direcionadas para formação do futuro profissional, além de ações que favorecem a permanência do estudante no curso em regime integral. A Figura 2 mostra o refeitório universitário da FAMED.

Figura 6- Cantina na Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

O Quadro 8 objetivou identificar quais as sugestões que o estudante cotista e não-cotista da UFCA para favorecer a permanência na educação superior.

Quadro 8- Sugestões para o apoio à permanência

P. 5- Quais são as suas sugestões para o apoio à permanência de um estudante no Ensino Superior?

Estudante 1: Simplificação e desburocratização do processo de concessão do auxílio e de isenção e subsidio do restaurante universitário para todos os estudantes, independente da forma de ingresso;

Estudante 2: O acesso a políticas e a projetos de assistências ao estudante poderia ser consolidado com um meio de divulgação mais solido e eficiente, a carga horaria do curso deveria ser menor por semestre, nem que alongue em mais tempo o curso, de maneira a possibilidade de melhor autocuidado e autodesenvolvimento;

Estudante 3: Acho que a universidade deveria investir mais em bolsas de pesquisa e extensão, além de flexibilizar a burocracia para ter acesso, é necessário submeter uma grande quantidade de documentos e nem sempre dispomos de tempo suficiente para busca-los e entrega-los no prazo, uma vez que temos aulas e atividades durante todo o dia;

Estudante 4: A universidade poderia propor outros projetos de bolsas, para alunos que cotistas, como a participação em cursos de aperfeiçoamento para graduandos;

Estudante 5: Acredito que poderia ter mais um auxílio para aquisição de material didático por exemplo, visto que nem sempre dispomos de renda suficiente par isso;

Estudante 6: Como o custo de vida ficou muito caro nos ultimos anos, a sugestão seria elevar o valor da bolsa do auxílio-moradia que ajuda muito, mas as vezes faltam recursos, as vezes precisamos realizar outras atividades nas horas vagas para ter uma renda extra;

Estudante 7: Eu acho que essas bolsas e auxílios são uma alternativa muito boa, o problema que tem, é a redução da oferta, tem corte no orçamento e eles tem que reduzir o número de bolsas ofertas, se não fosse isto, teríamos uma alternativa muito boa, tipo a bolsa de iniciação acadêmica, na qual não recebe-se apenas o valor da bolsa, mas deve participar de projeto de pesquisa e extensão, e isso ajuda muito a construir o profissional e ajuda no desenvolvimento pessoal.

Estudante 8: Mais vagas, e bolsas estudantis que consigam abranger um número maior de estudantes, além da isenção da taxa de restaurante universitário.

Fonte: Autor (2019).

Neste segmento, os estudantes sugerem um maior apoio financeiro para estudante cotista, como divulgar por vários canais as ferramentas para suporte, tais como bolsas de iniciação acadêmica, estagio remunerados, priorizar os estudantes com dificuldades financeiras, elevar a quantidade e o valor dos benefícios, além de simplificar o acesso ao programas, segundo alguns é “burocrático” o acesso e formalização a algumas ações.

4.3 Interferências no Espaço de Poder Universitário

A maioria do estudantes acredita que as cotas possibilitam/favorecem a democratização do acesso ao ensino superior, conforme o Quadro 9:

Quadro 9- Favorecimento da política de cotas

P. 6- Em sua opinião, a política de cotas tem possibilitado (favorecido) a democratização do acesso ao Ensino Superior?
Estudante 1: Não, pois o ideal seria equiparar a qualidade do ensino público ao privado; Estudante 2: Cada aluno realmente favorecido pela cota é uma vitória, faz a política ter sentido e justifica sua existência. A transformação social proporcionada ao estudante e ao meio ao qual ele pertence é real; Estudante 3: Sim, sem dúvidas. Levando em consideração o panorama dos alunos da faculdade, já se pode notar a diferença em termos de grande diversidade das turmas mais recentes da UFCA, sendo um grande avanço para a universidade e para a região; Estudante 4: Com certeza, pois possibilita que todos aqueles estudantes excluídos socialmente e pobres, possam ingressar na universidade e realizar os seus sonhos e de suas famílias; Estudante 5: Sim, possibilito que os excluídos do sistema educacional fossem beneficiados por políticas públicas e pudessem ingressar na universidade, quem imaginaria há dez anos que pobres poderiam cursar medicina? na minha família era um sonho muito distante e longe das nossas possibilidades, mas por conta da política, estou aqui; Estudante 6: Sim, muita gente antes não tinha acesso como facilidade, ou seja de nenhuma maneira por ser um lugar de privilégio, veio facilitar para democratizar mais o acesso ao ensino superior; Estudante 7: Sim. Quando terminei o ensino médio fazer medicina parecia ser um sonho muito distante pra quem veio de escola pública. Apesar de termos a mesma capacidade intelectual que os estudantes de escola particular tem, a distância no aporte teórico é muito grande e nosso esforço tem que ser muito maior pra conseguir um resultado alto, mas ainda é inferior ao deles no Enem.

Com as cotas, uma filha de agente de saúde, como eu, pode ser colega do filho do prefeito, coisa que era muito mais raro antes;

Estudante 8: Com certeza, pois permite maior acesso à educação superior.

Fonte: Autor (2019).

Os estudantes nesta categoria inferem que a política de cotas favorece a democratização do acesso ao ensino superior, devido às desigualdades educacionais entre o sistema público e privado de ensino, uma vez que os egressos deste último tem maiores chances de chegar a universidade, embora reafirma-se a necessidade de se investir na educação básica para que ocorra planejamento a efetiva democratização, há relato de modificações profundas no recorte racial das turmas, comparando as turma iniciais do curso para as atuais.

Figura 7- Restaurante universitário da Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

4.4 Princípio da Reparação nas Cotas Raciais: prejuízo ou reconhecimento histórico?

Na perspectiva de conhecer a opinião dos estudantes cotista com relação a promoção da justiça social através da política de cotas foi desenvolvido do Quadro 10.

Quadro 10- Política de cotas e a justiça social

P. 7- Você considera que a política de cotas promove a justiça social e/ou corrige as injustiças sociais e étnicas?

Estudante 1: Sim, pois facilita bastante o acesso a alunos mais carentes que não tiveram acesso à educação de qualidade do ensino privado;

Estudante 2: Essencialmente sim, no entanto, para o curso de medicina essa correção ainda está distante, atrasada em parte pelo volume de fraudes no acesso a faculdades pelas cotas;

Estudante 3: Justiça social, de certa forma, sim. Pois, pelo menos oferece uma chance, apesar de sabermos que quem consegue ter acesso a um cursinho, por exemplo tem uma enorme vantagem. Mas não acredito que corrija as injustiças étnicas, pois apesar da mudança visível nas placas em relação a cor da pele, ainda vemos pouquíssimas pessoas negras. É verdade que aumentaram o número de pardos nos cursos mais concorridos. Ao compararmos uma foto de turma da faculdade de medicina particular com as da UFCA essa diferença é gritante;

Estudante 4: Sim, promove, porém ainda existe um grande caminho a ser percorrido para que toda a desigualdade entre negros e brancos seja extinta;

Estudante 5: Sim, em parte. Quanto a promover justiça social é o foco desta política, porém quanto a corrigir injustiças étnicas ainda a um longo percurso a seguir;

Estudante 6: Sim, ela visa isso, e já conseguimos identificar benefícios dela na sociedade no semestre 2019.1, teremos os primeiros formandos aqui na UFCA, veja as placas anteriores e veja a turma que sairá, é visível a diferença;

Estudante 7: É uma medida que corrige, não imediatamente uma falha, que é própria do Estado, enquanto não oferecer ensino público de qualidade, e igualdades de condições em relação ao sistema privado, privando as chances e oportunidades dos sujeitos, e as cotas promovem sim, uma justiça social. Eu mesma não teria condições de sair da região, pois não conseguir competir com quem pagou o ensino médio, e pode ir para fora estudar, pagar aulas específicas para ter acesso e conseguir a vaga.

Estudante 8: Não, acho que consiga corrigir as injustiças que já existem. Para isso muito mais precisa ser melhorado, no contexto social por onde, no qual estão inseridos os alunos.

Fonte: Autor (2019).

Nesta categoria os estudantes acreditam que a política de cotas corrige as injustiças sociais e étnicas, considerando o passado histórico de discriminação com a população negra e com as classes menos favorecidas, uma vez que há ainda uma baixa qualidade do ensino público oferecido e que via de regra as classes menos favorecidas, independente da etnia não consegue ser inserida na educação superior, destaco ainda que não é apenas esta ação isolada e que necessita-se de outras para reduzir a desigualdade. As Figuras 8 a 15 mostram os espaços dispostos pela biblioteca para estudo.

Figura 8- Entrada da biblioteca da Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

Figura 9- Espaço 1 para estudos na Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

Figura 10- Espaço 2 para estudos na Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

Figura 11- Espaço 3 para estudos na Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

Figura 12- Espaço 4 para estudos na Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

Figura 13- Espaço 5 para estudos na Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

Figura 14- Espaço 6 para estudos na Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

Figura 15- Espaço 7 para estudos na Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

Assim como houve o interesse em desvelar a opinião dos estudantes cotista quanto a democratização do acesso e a promoção da justiça social, o questionário também buscou a opinião dos estudantes quanto a promoção da igualdade proporcionada pela política de cotas, para tanto, conforme o Quadro 11.

Quadro 11- Política de cotas e a igualdade entre os cidadãos

P. 8- Em sua opinião, a política de cotas promove a igualdade entre os cidadãos?

Estudante 1: Não, pois o ideal seria equiparar a qualidade do ensino público ao privado;

Estudante 2: Na verdade, promove uma equidade pela política de acesso ao ensino superior de qualidade, para os indivíduos submetidos a injustiças: desigualdades sociais no contexto dos direitos usurpados;

Estudante 3: Não. Igualdade não, mas pelo menos aumenta as chances. Só poderíamos falar em igualdade se todas as pessoas pudessem ter acesso a uma educação de qualidade. Não é o que acontece. Vivemos em um país muito grande e com enormes diferenças em relação a oferta da educação. Uma escola federal de Juazeiro tem um ensino imensamente superior a uma escola estadual de Abaiara, por exemplo. Se compararmos com as particulares a distância aumenta muito mais;

Estudante 4: Sim, dá oportunidades para os estudantes ingressarem no Ensino Superior e poderem escrever novos futuros para si e para suas famílias;

Estudante 5: Sim; acho que é uma maneira do filho do pobre conseguir melhorar as condições financeiras;

Estudante 6: Na verdade tenta, a partir da medida que incluir e insere na universidade aqueles que não tiveram as mesmas oportunidades de quem tem dinheiro e privilégios;

Estudante 7: Assim; no futuro a longo prazo, pode sim, ter essa igualdade, mas durante a faculdade essa diferença é marcante entre a maioria, aquele cidadão de classe média, versus aquele de classe alta, isso com as cotas, ainda fica marcante, mas eu acho que no futuro sim.

Estudante 8: Em parte sim, porque como já disse dá mais oportunidades aqueles que mais necessitam.

Fonte: Autor (2019).

Os estudantes acreditam que a política de cotas promove a igualdade entre os cidadãos, que é uma medida (e que pode ser melhoradas) entre tantas outras que precisam ser tomadas e inseridas para que haja plena igualdade entre as pessoas, a parti desta igualdade podemos falar na mudança da realidade social em consonância com o que preconiza a legislação, e documentos legais que o País é signatário.

Quadro 12- Outras considerações sobre a forma de ingresso na UFCA

P.9- Há outros aspectos que você deseja comentar sobre a sua forma de ingresso na UFCA?

Estudante 1: Não sou contemplado pela política de cotas, mas o SISU foi um sistema que me possibilitou visão ampla das minhas oportunidades através do ENEM;

Estudante 2: Não acho que a forma de ensino pelo SISU seja justa, na minha época o ele não possuía pesos entre as áreas do conhecimento do ENEM, mas hoje possui, o que acho bastante positivo;

Estudante 3: As cotas fazem parte de uma política muito importante pra quem não tem condições de pagar por um ensino de qualidade. Infelizmente algumas pessoas usam de má fé e falsificam os documentos, o que acaba prejudicando quem realmente precisa. Deveria haver uma maior rigor na conferência dos documentos dos alunos para que ocorram menos injustiça;

Estudante 4: A minha única ressalva negativa são os critérios para as cotas direcionadas aos deficientes, pois, por vezes, pessoas se utilizam de má fé para o ingresso na UFCA;

Estudante 5: Acredito que a universidade deveria criar algum mecanismo para favorecer o estudante do Cariri, já que é a Universidade Federal do Cariri, e com isso termos mais estudantes daqui;

Estudante 6: A universidade poderia pensar em outras formas de ingresso, além do SISU, pois poderia ampliar as chances de outros estudantes de escola pública;

Estudante 7: Acho que o ENEM é incrível, excelente em democratizar o acesso, mas há algumas questões para ajustes, como por exemplo, a UFCA, foi criada para atender as pessoas do interior do Ceará, porém por ser pública e o ingresso ser por um exame nacional, acabam vindo estudantes de outros lugares que, acho que teriam condições de serem aprovados na sua região, há relatos de estudantes do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de outras partes aqui, isso é bom, por favorecer o intercâmbio, mas quem é daqui nem sempre pode se candidatar para outros regiões ou mesmo o centro-sul do país.

Estudante 8: Não, o ingresso na Universidade Federal do Cariri, não foi algo pensado por mim, visto que as vagas são distribuídas pelo Ministério da Educação do Brasil, em todas as universidades que participam do Programa PEC-G. Cabe ao estudante mudar de curso se este desejar mais não escolhe a universidade.

Fonte: Autor (2019).

Todos os estudantes reconhecem o ENEM e o SISU como ferramenta necessária para ingresso na universidade, destacam que abrangem um grande número de candidatos de todo o país, além de inferir a necessidade de um maior rigor sobre a documentação para candidatos no sistema de cotas, a fim de reconhecer os sujeitos de direito e inserir estratégias que valorizem os estudantes locais a fim de mantê-los na região.

No questionário assim, há uma reflexão sobre o ingresso ou não na universidade sob o contexto da política de cotas.

Quadro 13- Ingresso sem cotas

P. 10- Você acredita que teria ingressado no Ensino Superior se não houvesse a possibilidade da política de cotas?

Estudante 1: Sim, não vejo motivo para o meu ingresso na universidade tenha sido facilitado ou dificultado, independentemente da existência da política de cotas, dada a possibilidade de vagas para ampla concorrência;

Estudante 2: Sim, e teria que ter muito foco, pois leva um tempo para absorver os conteúdos e ter uma preparação digna de concorrer com estudantes que sempre tiveram privilégios.

Estudante 3: Sim, mas com certeza demoraria mais anos e acho que não seria no curso que estou. Provável escolheria algo da saúde que fosse mais fácil passar;

Estudante 4: Talvez com o tempo de preparação e sem aprovação poderia ter entrado em outro curso, desistindo desta escolha pelas dificuldades de ingresso e concorrência com alunos de escolas privadas.

Estudante 5: Teria ingressado com muito mais esforço e com pelo menos mais uns 2 ou 3 anos de estudo árduo, pois, o meu ensino médio foi insuficiente;

Estudante 6: Hoje acredito que sim. Mas teria sido ainda mais difícil. Apesar de sempre me dizerem que foi sorte, estudei muito e me dediquei bastante pra conseguir ingressar no curso que eu desejava. Terminei o ensino médio em 2008 e nunca deixei de fazer ENEM, antes das cotas e do SISU era muito mais difícil. Sou muito grata as cotas.

Estudante 7: Eu acho que teriam, porem levaria mais tempo, teria que estudar muito, e poderia passar, melhorar nota e concorrer com ampla concorrência, mas ao mesmo não teria, pois estudar em casa exige dedicação e autonomia, e ficar em casa nos faz sentir pressão para fazer escolhas, que poderia obrigar a escolher outro curso de graduação.

Estudante 8: Não. Por ser estrangeira a vinda e permanência a ponto de tentar ingressar em universidade brasileira será muito mais complicado, tanto por causa do visto como de situação financeira.

Fonte: Autor (2019).

Há um posicionamento dos entrevistados de que a vaga no curso é um direito adquirido através do desempenho no Enem. No entanto, “a conquista da vaga” só ocorreria se houvesse e o ingresso pelas cotas, rompendo os privilégios históricos da classe média e alta e reconhecendo sua condição específica de um grupo social vulnerável e propor ações particulares, tomando identidade como sujeitos da classe trabalhadora.

4.5 O processo de implantação de ações afirmativas na UFCA

Quando indagamos sobre o conhecimento acerca da implantação da política de cotas para estudantes negros/pardos oriundos de escola pública, obtivemos a seguinte impressão dos gestores da UFCA

Quadro 14- Docentes e a implementação de cotas

P. 01- Você, como Docente da UFCA, poderia falar sobre a implantação da política de cotas para estudantes negros/pardos oriundos de escola pública?

Gestor 1: A política de cotas, tem dado espaço de oportunidades aos diferentes sujeitos sociais que, antes, não vislumbravam uma chance real de adentrar o ensino superior gratuito como é o caso da UFCA;

Gestor 2: Sou totalmente favorável a esta política, é justa e acho necessária;

Gestor 3: É uma política que tem o apoio institucional tem a simpatia da maioria dos professores da UFCA;

Gestor 4: A política de cotas, como chamam a “lei das cotas”, foi estabelecida no Brasil, a partir de 2012, a UFCA adotou em 2013 quando então se tornou IES, a partir de então foi implantando a antiga DAE-Diretoria de Assuntos Estudantis, que em 2016 passou a ser chamada de PRAE- Pro - reitoria de Assuntos Estudantes, ela foi instituída a partir desta lei, não era interessante selecionar estudantes por cota e não dá condições mínimas a ele de se manter no curso, é uma via dupla: acesso e permanência, desde a promulgação da lei, as diretorias foram fortalecidas, já existiam

alguns programas nesta instituição quando ainda era um campus avançado da Universidade Federal do Ceará, que eram: Auxílio Moradia, Auxílio Eventos e Bolsa de Iniciação Acadêmica. Encaminhávamos a documentação para Fortaleza, quando nos tornamos autônomos, fomos até lá para ver como realizavam todo o processo seletivo para que pudéssemos efetivamente realizar aqui, até então tínhamos programas, e pontualmente ocorriam problemas, pois sempre existiram alunos com alta vulnerabilidade socioeconômica, o processo passava por nós, mas começava e terminava em Fortaleza, então em 2013 garantimos autonomia, e isso nos fortaleceu, ano que é um marco, pois conquistamos também novos servidores, com equipamentos para realizar o trabalho efetivo, nós da PRAE realizamos a seleção, junto com o pessoal da PROGRAD que nos auxiliou a escolher os beneficiados, conforme as diretrizes estabelecidas pelo MEC, que são: egressos de escola pública, que tenha cursado integral em escola pública, além de negros, pardos, indígenas e deficientes.

Gestor 5: Enquanto docente, estou a pouco de dois anos na instituição, apesar de de egressa da casa, então acompanhei o processo de implementação do que seria nacionalmente a política de cotas, mas não especificamente na Universidade Federal do Cariri, confesso que desconheço elementos específicos para a universidade, e recebendo a pergunta percebo que é uma falha e deveríamos discutir mais. Apesar de receber o estudante, dentro da política, uma vez que já está consolidada, quanto instituição recém criada seguimos a lei, sem ter participado plenamente do debate nacional.

Fonte: Autor (2019).

Há um posicionamento dos entrevistados de que a implantação desta política pondo fim a uma história de exclusão de grupos sociais e é necessária a sua institucionalização e inclusão para universalização de um direito que é o acesso à educação.

No que diz respeito ao acompanhamento dos estudantes ingressantes pelo sistema de cotas, apresenta-se o Quadro 15.

Quadro 15- Avaliação da política de cotas

P. 02- Na UFCA há o acompanhamento dos estudantes ingressantes pelo sistema de cotas?
Gestor 1: De certo modo há sim, através da Pro - reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Acompanha-se não pela forma de ingresso, preferencialmente, mas pela intenção de dar existência ao aluno; Gestor 2: Não posso responder pela UFCA, mas aqui na Faculdade de Medicina, não há este acompanhamento, nem depois de análise do histórico escolar dos alunos, ainda não foi feito nada disso; Gestor 3: Existem dois aspectos: social que é feito pela PRAE, que tem apoio psicopedagógico e social, e por parte da PROGRAD, cujo acompanhamento é igual a qualquer aluno; Gestor 4: Há, porque a maioria dos estudantes que atendemos tem um perfil de baixa renda, acaba sendo maior parte do nosso público, uma vez dentro dos nossos programas, sendo beneficiado, devemos fazer este acompanhamento. Gestor 5: O acompanhamento específico dos estudantes é quase homogêneo, não se vê especificidades, como o universo de cotas é maior que cotas raciais, a universidade acaba tendo um olhar um pouco mais atento para outras cotas, no caso especificamente por cotas da saúde, com deficiência, porque há muitas vezes a necessidade de acompanhamento especial, pois precisa

haver adequações para o ensino aprendizagem, enfim, na FAMED especialmente falando em cotas, já tivemos questões de acesso de cotas, de um estudante com deficiente, no qual foi necessário realizar uma série de adaptações físicas de materiais para atender, mas para cotas de cunho racial, não tivemos um acompanhamento específico.

Fonte: Autor (2019).

Neste questionamento denotamos que há, e o acompanhamento surge a partir de políticas de assistência estudantil, programas de acompanhamento e de estudos, que contribuem para os estudantes seguirem afim de concluir seus cursos. Para além das demandas de acesso, que ainda de longe cumprem seu objetivo.

Figura 16- Entrada da Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

Quanto as ações de acompanhamento dos acadêmicos cotistas que a UFCA desenvolve, infere-se o Quadro 16.

P. 03- Quais são as ações de acompanhamento dos acadêmicos cotistas que a UFCA desenvolve?

Gestor 1: Em suma, são gerados relatórios da PRAE, que visam atender aos anseios do público discentes e suas particularidades, identificando características do perfil do estudante e gerando ações com base nos mesmo: bolsas, auxílios, dentre outros;

Gestor 2: Como disse, pela Universidade não posso responder, mas na FAMED não existe nenhum tipo de programa específico de acompanhamento de cotista, na sala de aula não sabemos nem que é estudante beneficiado desta política;

Gestor 3: Primeiro fazemos o levantamento estatístico, temos na PROEN um setor, chamado: Coordenação de gestão de dados acadêmicos e agora estamos separando as estatísticas dos alunos chamados "cotistas" dos demais da entrada regular, e tudo é empírico e você acha que está tudo bem, mas ainda faremos um levantamento da parte acadêmica do acompanhamento acadêmico para chegar uma conclusão, se tem que modificar a política, ou se o está adequada, o que acredito que não, e talvez a respostas seja aquilo que pressentimos do que já encontramos diariamente;

Gestor 4: Além dos programas de bolsas que temos. Há também um apoio psicológico, com acolhimento do estudante, pois ele já traz consigo questões emocionais da sua trajetória de vida familiar, uma vez que o ambiente universitário acaba fazendo eclodir muita coisa, eles vivenciam uma experiência longe da família, estudantes que moram longe de casa, que vem até de mesmo de outro país, e precisam do acompanhamento psicológico, temos também o atendimento pedagógico, no qual o nosso estudante que possa trazer consigo problemas pedagógicos do próprio ensino médio, necessita deste suporte, e a gente já sabe que de origem dele como egresso da escola pública, que tem suas falhas e deficiências, com isso é necessário um trabalho pedagógico diferenciado, e fazemos, além de campanhas pontuais como vacinação, e cuidados com a saúde física e mental, realizamos fóruns temáticos como: fórum de saúde mental, fórum de qualidade de vida, um evento de autismo, que inclusive em 2019 chegará a sua terceira edição, ressaltando há uma feedback muito positivo da comunidade acadêmica, pois visamos atender não apenas os estudantes beneficiados, mas trazemos para o debate os professores e também os servidores técnicos-administrativos que lidam diariamente com eles, pois o trabalho não fica restrito somente às bolsas, mas há necessidades de outras medidas e tentamos sempre fazer isso, não apenas no aspecto individual, mas global afim de atingir toda comunidade acadêmica. E isso com certeza, colabora para emancipação pessoal e acadêmica dos sujeitos, eles chegam com as mais variadas dificuldades e são estudantes muito jovens, trazendo na sua bagagem inseguranças, medos, angústias, própria da faixa etária. O estudante recém egresso do ensino médio, que tem na educação básica um suporte pedagógico que orienta em tudo, se assunta aqui, pois a universidade cobra uma postura mais madura, exigindo autonomia... hoje eles ingressam com todos os conflitos próprios da adolescência, além de questões como mercado de trabalho, vocação e identificação com o curso, o feedback é muito positivo, há relatos do quanto aprenderam na universidade e citam ações realizadas aqui que corroboraram para isto. Relato um caso que vivenciamos, e que recebi o feedback por e-mail do aluno esses dias, fomos realizar a visita domiciliar, e era numa comunidade rural carente, de chão de barro, e destacou-se o fato da universidade ir até a comunidade, conhecer a realidade dele, pois não é só oferecer o curso, mas sim, oportunizar sonhos, dele e da família e a dispomos dos auxílios, há casos de estudantes que ajudam a família em outra cidade, o estudante recebe um dinheiro e compra a feira da semana, ou seja o que faz aqui na UFCA, como estudante o faz levar o sustento até sua família, ficamos muito sensibilizados em conhecer experiências como essa, que demonstra que o que fazemos faz toda a diferença.

Gestor 5: Na minha unidade acadêmica, há o acompanhamento do estudante cotista, sem especificamente ser apenas o de cota racial. Há algumas políticas de acompanhemos, auxílio e permanência que diz respeito à vulnerabilidade social-econômica, não necessariamente a questão racial, não há oficialmente um acompanhamento apenas racial, nós temos algumas atividades extracurriculares, que acabam discutindo elementos, o racismo na prática de saúde, e nós temos estudantes negras, de Cabo Verde, África que ingressaram pelo PEC-G, que acabam socializando na disciplina tanto com estudantes cotistas raciais e sociais como com não-cotista, promovemos na disciplina debate sobre a origem social e econômica, a política social integral de saúde para população negra, que abordam especificamente o racismo institucional, que acaba sendo o fundamento da disciplina, inclusive ministro esta aula, e isto envolve aspectos docentes, mas a universidade acaba inserido outros elementos que acabam sendo inseridos, recentemente tivemos um café com saúde, que abordam a questão racial, na qual trouxemos militância e movimentos sociais da região para o debate, e então os estudantes negros também conseguiram se colocar e exemplificaram situações vividas que eles já passaram aqui dentro, inclusive o racismo institucional.

Fonte: Autor (2019).

A necessidade de políticas específicas transversais, a fim de desenvolver áreas como saúde, trabalho, acesso à justiça, redução da pobreza, dentre outras, são essenciais, por isso hoje a proposição de diversas medidas com recorte social nas quais a PRAE é indutora. Aos discentes ingressantes pelo sistema de cotas, entretanto, têm uma direcionalidade específica à questão de acesso à educação pública, não buscam resolver todos os problemas sociais, mas se percebe que quando

o debate sobre a política ganhou os espaços acadêmicos, as análises tomaram grande espectro de discussão, como demonstram o Quadro 16.

Quadro 16- Ações de acompanhamento propiciam (ou colaboram) para a permanência do aluno cotista

P. 04- Em sua opinião, as ações de acompanhamento propiciam (ou colaboram) para a permanência do aluno cotista no Ensino Superior da UFCA?

Gestor 1: Sim, pois é preciso entender os sujeitos e sua realidade para se pensar em como lhe dar suporte para permanência na instituição;

Gestor 2: Acredito que sim, se tivesse. Pois teria um papel de colaborar para conhecer as deficiências e necessidades;

Gestor 3: Há problemas, principalmente na PRAE, que é onde desagua tudo, que é um setor protetor da vulnerabilidade dos alunos, tanto financeira, como psicológica, social, afetiva, na PROGRAD é a parte acadêmica, o máximo que podemos ajuda-los é no que diz respeito ao lado acadêmico e não pessoal. Há outros programas como inclusão digital, há uma serie de apoios extras que influenciam o acadêmico com a gente;

Gestor 4: Sem dúvida, é um processo longo, um semestre de trabalho, realizamos ações para que o estudante seja beneficiado o maior tempo possível, fazendo tudo ao longo do segundo semestre para que no ano seguinte ele receba o benefício durante todo o ano. Afim de garantir sempre o acesso, a permanência e a saída, além de garantir o direito.

Gestor 5: Sim, toda política de acompanhamento que se propõe a fazer com o estudante, inclusive cotista ou não, especificamente cotista, tenha melhores condições de permanência na universidade são necessárias.

Fonte: Autor (2019).

Figura 17- Pátio da Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

Nesta perspectiva apontam-se que demandas discentes para permanência e continuidade dos estudos, sugerem que as ações da UFCA para esta finalidade são realizadas e efetivas, e que é integral o sucesso do aluno, com a oferta de editais específicos para alunos com perfil social ao da política de cotas, uma vez que a PRAE, visa a ampliação e fortalecimento da assistência estudantil, a seguir questionamentos se existe alguma comissão para Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Ações Afirmativas, e obtivemos:

Quadro 17- Implementação da Política de Ações Afirmativas

P. 05- Na UFCA, há alguma Comissão para Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Ações Afirmativas?
Gestor 1: Particularmente, desconheço sua existência, pelo menos de forma institucionalizada , não tenho esse conhecimento, se há; Gestor 2: Não conheço, se existe na universidade como um todo; Gestor 3: Não, desconheço, o que existem são ações pontuais, por exemplo o curso de graduação em libras, tivemos reuniões com a comunidade e os professores que são surdos, e de que maneira poderíamos ter uma ação afirmativa, e desta forma decidimos que os surdos teriam elevação em 20% da nota do ENEM, para priorizar o ingresso deste público na UFCA, há também ações na secretaria de acessibilidade, não é uma ação afirmativa e sim uma proteção com ações pontuais para ingresso. mas uma comissão para elaborar e exigir o cumprimento não há, desconheço; Gestor 4: Não, não tenho conhecimento, como a universidade é nova, completa em 2019, seis anos, agora começamos a receber estudantes deficientes e precisamos estruturação e em função disso, como é que verificamos uma autodeclaração do estudante, tem que ter uma perícia, outra coisa que discutir-se muito no fórum nacional das Pro-Reitorias de assuntos estudantis (fonaprace), como podemos legitimar a autodeclaração tanto no sentido de evitar declarações errôneas, como implementar para quem é de fato de direito, desta forma resolvemos criar um GT discutir medidas de como verificar a autodeclaração, paulatinamente faremos isso, mesmo com pouco recurso humano para validar um volume muito grande de dados, e nisso há uma dificuldade, pois infelizmente existem alguns problemas e conseguimos identifica-los, apesar de ser tudo manual. Gestor 5: Não há um comissão específica da política de cotas.

Fonte: Autor (2019).

Nesta categoria é notável que a Universidade, pelo fato de ser jovem e gozar de autonomia, ainda há despreparo da instituição quanto a criação de uma comissão específica para acompanhamento do estudante cotista, uma vez que este é um desafio recente para a sociedade em lidar e implementar uma política inclusiva sob este sistema, no questionamento a seguir questionamento como avaliam a política de cotas desenvolvida na UFCA no período 2013-2018:

Quadro 18- política de cotas desenvolvida na UFCA no período 2013-2018

P. 06- Como você avalia a política de cotas desenvolvida na UFCA no período 2013-2018?

67

Gestor 1: Embora não conheça com propriedade o assunto, observo que há um monitoramento estatístico do estudante, não pelo modo de ingresso do SISU, mas pela preocupação com a permanência desses alunos na UFCA. Acredito que há uma política satisfatória, dentro dos dispositivos legais que a rege;

Gestor 2: Não posso fazer essa avaliação, não tenho nenhum instrumento que possa servir para fazer esta avaliação;

Gestor 3: Simplesmente respeitamos a lei, com aqueles percentuais exigidos, por exemplo: no caso do curso de licenciatura em libras, nós acrescentamos essa ação afirmativa, é oficial ao Governo Federal, o procurador orientou para que a gente fizessem desta forma, para assim não não haver algum questionamento judicial que é algo horrível, não temos servidores nem advogados para responder um enxurrada de processo, há um volume de processos sobre o ingresso no curso de medicina, a respeito das cotas e assim, nem sempre conseguimos responder outras demandas, e desta forma cumprimos a lei in re ipsa, fielmente, chamamos até o último colocado, até não sobrar vaga.

Gestor 4: Avalio de forma positiva, inclusive recebemos elogios do fórum nacional, que relata que estamos a frente até de outras IES mais antigas. Até 2013, tínhamos os programas da UFC e poucos recursos humanos, na época abrimos uma comissão para visitar, tivemos que lançar portarias, para recrutar profissionais, docentes para realizar aquelas ações. Em 2014, quando nos tornamos UFCA, a primeira coisa que pedimos foi assistentes social, pedagogo, psicólogo, para dá conta, mostramos a necessidade para requerer então. É evidente que a UFCA prioriza o estudante, desde que entrei, o governo manda contar alguma coisa, é feito um empenho para que o estudante recebe do início do ano até o fim, em 2014 fizemos uma pesquisa com estudante para eles dizerem o que estavam precisando em cada campi, para poder organizar e articular, por exemplo o campus que não tinha RU, incluímos auxílio-alimentação, os campus que não tinha RU incluímos o restaurante, aqui só tinha almoço, mas eles precisavam do jantar, daí vimos que eles estudavam todo o dia e precisava de outra refeição, em Barbalha na medicina é um curso integral com atividades inclusive a noite, que são as ligas e eles precisa, de urgente desta demanda atendida. Para melhorar o atendimento, o primeiro passo foi ver o que eles queriam, saímos em 2013 de três programas para 9 atuais, destaco o auxílio transporte, uma vez que eles precisam chegar a univervdado, há também o auxílio emergencial, A UFC não havia adotado, o nosso modelo baseou o da UFC, posso detalha-lo que o auxílio emergencial é primordial, uma vez que atende a todos os alunos ,uma vez tivemos um aluno, cujo pai perdeu toda colheita e nao tinha como ficar na universidade, não tem como se manter se não ele tem o recurso para ficar no semestre, que custa 400,00 mensais, o benefício emergencial é para quem não recebe nenhuma bolsa, para o novato, para o veterano já tem sua bolsa renovada, tem estudante que começa aqui e não tem dinheiro nem para o RU, o emergencial é para eles, tem estudante que não tem recurso nem para se deslocar a universidade diariamente, o auxilio emergia fora criado para isso, quem não pode concorrer ao edital e não evada do curso no primeiro semestre, além dos nossos programas há a bolsa permanência que é um programa nacional para o público da política de cotas, pessoas de alta vulnerabilidade social, há ainda aqui auxilios como auxilio olhos, auditivo, para aquisição de computador, creche, visamos atender o aluno de forma integral, nem tudo cobrimos, como por exemplos aspectos culturais, mas em saude, por exemplo atendemos em 2017, criamos uma divisão para cuidar da saúde, todas as areas do PNAE são cobertas pela PRAE, é uma Pro-Reitoria sensível porque tem uma reitoria sensível tanto a atual como a anterior. E quando falamos sobre qual assunto que possa afetar os estudantes, há um forte interesse que se discuta com toda a universidade, pois tudo é voltado para estudante e é por eles que estamos aqui, eu mesma leciono na medicina e pude ver visivelmente a mudança no perfil do estudante, antes a maioria dos estudante, 90% era de fora 10% era das proximidades, hoje é o contrário 90% é da região e proximidade e 10% de fora, e esse fora que digo é Pernambuco, Paraíba, anteriormente o fora era de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, a lei de cotas possibilitou isso. Quando vamos a escola apresentar a universidade, mostrando as condições que eles podem ter ao estudar aqui, que eles podem receber benefícios, todas

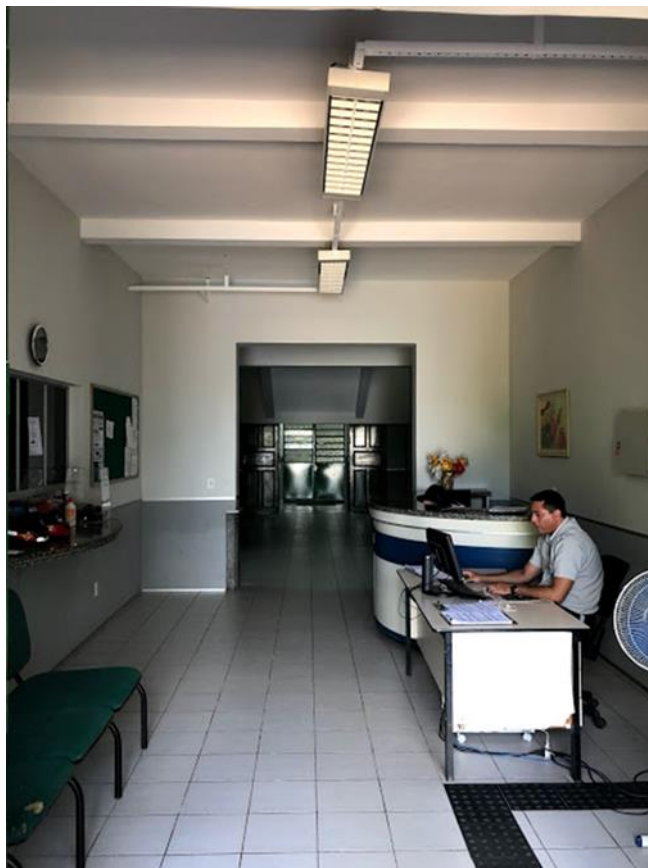
as possibilidade que há, pois os estudantes vem para aqui seguir o seu sonho, que por desconhecimento podem achar que a universidade é algo inacessível.

Gestor 5: A percepção que tenho é que as turmas hoje são mais a cara do povo brasileiro do que eram quando ingressei como estudante, hoje as turmas tem mais a identidade da região, há de fato pessoas da região, um número significado de estudantes pardos, negros e egressos de escola pública, então você percebe, que o perfil do estudante de medicina da Universidade Federal do Cariri ele muda ao longo dos anos, mais ainda comparando com o que era o campus da então Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, mesmo ciente que a mudança viria pelo processo de implementação das cotas, destaco que isso realmente possibilitou esta benéfica mudança.

Fonte: Autor (2019).

Alguns professores firmaram suas perspectivas no sentido da importância da política afirmativa para o ambiente acadêmico, além e ao curso de Medicina na FAMED, pois rompem com processos e práticas há muito arraigadas. Além de servirem como resistências a ações da PRAE neste contexto produz interferência através da política neste espaço de poder.

Figura 18- Recepção da Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

Figura 19- Corredor da Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

Figura 20- Laboratório da Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

Figura 21- Unidade básica de saúde da Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

Figura 22- Unidade básica de saúde da Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

Figura 23- Unidade básica de saúde da Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2019).

4.5 Perspectiva do direito a igualdade e a diferença

Quadro 19- Cotas e a democratização

P. 07- Em sua opinião, a política de cotas tem possibilitado (favorece) a democratização do acesso ao Ensino Superior da UFCA?

Gestor 1: Acredito que sim, pois na unidade acadêmica de minha lotação se vê público estudantil com perfil social que foge do padrão ante visto nas universidades federais, É isso é um avançado alçado;

Gestor 2: Sem dúvida, corrige distorções é justa e necessária;

Gestor 3: Plenamente, eu ja trabalhei por oito anos no vestibular da UFC e o aluno em geral da escola pública não tinha acesso a determinados cursos, era muito seletivo, embora a gente oferecesse mais da metade da gratuidade aos alunos da escola público, era muito difícil algum conseguir entrar, e agora é tudo mais simples a apaga tá ali, não tem mais discursão;

Gestor 4: Considero sim, com certeza... o ingresso é pelo SISU, metade das vagas são para cotistas, geralmente são aquelas pessoas que historicamente foram excluídas, acesso, permanência e saída da universidade pública e gratuita, e de qualidade.

Gestor 5: Com certeza, a política de cotas, não somente a racial, mas a política de cotas, como um todo , ela vem para que a gente possa minimamente dar condições, não iguais, mas tenta equiparar o ensino superior, é senso comum que quem consegue ingressar no ensino superior tem de fato renda e boas condições para isso, boa educação formal e privada e acaba tendo boas condições para cursar medicina, então o entendimento para se fazer ensino superior possibilitou para todo e qualquer brasileiro, ele fica mais forte para a população a partir do momento que fora implantado a política de cotas.

Fonte: Autor (2019).

Nesta categoria todos afirma que sim, uma vez que nem todos os estudantes brasileiros possuem as mesmas condições e igualdade de oportunidades, especialmente as classes sociais historicamente excluídas, pois a universidade ainda é um espaço para poucos, e esta política acaba sendo uma forte ferramenta de democratização a educação, num contexto de país desigual e com ampla exclusão. No Quadro 20 tem-se a percepção do grupo sobre suas considerações acerca de ações afirmativas e a promoção da justiça social e reparação das injustiças sociais e étnicas.

Quadro 20- Ações afirmativas e justiça social

P. 08- Você considera que a política de Ações Afirmativas promove a justiça social e/ou corrige as injustiças sociais e étnicas?

Gestor 1:Essa política é um avanço, mesmo que ainda seja necessário se pensar em aperfeiçoá-la. Isso significa um crescimento para correção de distorções de oportunidades;

Gestor 2:Tenta corrigir, tenta fazer uma correção as injustiças, como com a raça negra, que foi hostilizada e justamente tratada como se houvesse um prolongamento ainda da escravatura;

Gestor 3: Parcialmente, isso é apenas uma das políticas que o Estado pode executar nesta direção, tem muitas outras coisas, desde campanhas, e melhorar a educação básica, é parcialmente;

Gestor 4: É o objetivo, acredito que sim, apesar do debate nacional e de alguns setores acharem que não, a partir do momento que prioriza um grupo por força da lei, deve ser seguido para se promover justiça social, além disso é um avanço termos uma legislação e políticas publicas que a longo prazo vão se incorporando e realizando para se naturalizar e a sociedade reconhecer essa parcela da população excluída.

Gestor 5: Promove justiça social, mas não necessariamente corrige as injustiças, diante de injustiças históricas as cotas da condições equânimes para ingresso, mas não necessariamente corrige a dívida histórica que temos.

Fonte: Autor (2019).

Aqui demarca-se uma posição ideológica que reinterpreta o conceito de racismo a partir da posição de um sujeito que foi historicamente beneficiado, em termos pessoais e coletivos. As cotas propõem assegurar o direito de acesso à universidade, direito este que sempre esteve adequadamente formulado para atender à população não negra. Os negros foram impedidos de frequentar a escola por longos períodos históricos através de legislações específicas no período da escravatura e, após, muitas foram as barreiras existentes para a escolarização. Entende-se que, conhecendo esse contexto histórico, é essencial a promoção de políticas específicas. No Quadro 21 questionou-se sobre como esta política pode promover a igualdade entre os cidadãos:

Quadro 21- Igualdade entre cidadãos

P. 09- Você considera que a política promove a igualdade entre os cidadãos?

Gestor 1: Defendo que não se deve almejar uma "igualdade" entre os cidadãos porque esses são, naturalmente diferentes. A política deve gerar equidade de oportunidades, tomando como preceito a diferença entre as pessoas.

Gestor 2: Acho que sim, é uma favor de promoção, é uma fator.

Gestor 3: Parcialmente, não acredito que seja totalmente, mesmo entre os cotistas ela não promove igualdade, pois há cotista com trajetória social diferente, alguns com mais facilidade e outros não, a educação é básica, ela ajuda muito a não ter essa desigualdade social, e acredito que não deva ser única que deveria existir.

Gestor 4: Promove sim, trabalhamos para isso, não de uma vez, é processual, até os beneficiados da política de cotas, para isso devemos internalizar que eles tem direitos, é complexo o próprio público beneficiado, lidamos como pessoas que tem crenças, opiniões e cultura, é um processo lento para eles se reconhecerem.

Gestor 5: Acho que igualdade não, mas equidade seja o termo adequado, ela coloca que em situações distintas, nós temos tratamento distintos para termos um resultado equivalente, então seria um equidade de acesso, não uma igualdade de acesso, para promover justiça social de fato.

Fonte: Autor (2019).

Concebe-se aqui que as instituições públicas, por sua natureza, estão sob a influência das políticas educacionais que emanam da esfera governamental que as mantêm, no caso da Universidade Federal, o poder federal. Dessa forma, não há neutralidade nas ações, elas têm uma intencionalidade e, no caso das cotas, propõem combater desigualdades. Aqui a ideia de interferência governamental fica clara e vai mais além, no sentido de manutenção da elitização da universidade, posicionamento que surge quando o entrevistado é questionado sobre o princípio de igualdade por meio das cotas, a seguir permitimos que cada entrevistado apontassem alguns aspectos sobre a políticas de cotas na UFCA:

Quadro 22- Outros aspectos sobre a política de cotas

P. 10- Há outros aspectos que você deseja comentar sobre a política de cota da UFCA?

Gestor 1: Apesar das críticas, muitas vezes por segmentos que nem conhecem (ou não querem conhecer) a real situação da diversidade de estudantes brasileiros, espero que essas políticas não só permaneçam, mas também que sejam melhoradas e monitoradas para evitar mau uso dos mesmos e atribuições indevida da culpa decorrentes desses problemas a própria política;

Gestor 2: No que diz respeito ao aspectos das cotas não- raciais não há o que sugerir, mas nos casos de cotista com deficiência, isso deveria ser ajuizado de uma maneira muito mais criteriosa, a gente sabe aqui que tem aluno que não tem um dedo na mão que entra como cotista, aqui na FAMED, temos um caso seriíssimo de um aluno que ingressou se auto-declarado autista, apresentou atestado e sabemos que ele burlou o sistema utilizado um documento que suspeitamos que não seja verdadeiro, tanto que quando começamos a investigar ele desistiu do curso;

Gestor 3: Acho que para uma universidade nova, ainda estamos criando uma credibilidade em fazer o que a lei manda, após isso pensar em outras sugestões, uma UFC, UFRJ, UnB pode ter autonomia para implementar uma ação afirmativa para além da lei, pois elas tem condições de enfrentar qualquer questionamento judicial, somos uma instituição nova, daqui a dez, quinze anos seremos conhecidos e respeitados e poderemos implantar outras políticas afirmativas além do exigido na lei;

Gestor 4: Realizamos um trabalho, porém devido um número limitado de recursos humanos, isso dificulta um pouco, o aluno também não procura a gente por desconhecimento, diante da realidade de tanta demanda para atender todos, a gente faz a recepção todo semestre informando e comunicando nossos trabalhos para que eles tenham ciência e saibam que os benefícios que tem direito, mas tudo ocorre com tanta dinâmica que a demanda é grande e nem sempre conseguimos atender satisfatoriamente como gostaríamos, tem editais, análises, relatórios, há sempre muito o que fazer, a única dificuldade é identificar o público mesmo, por falta compreensão deles mesmo quanto a leitura correta dos editais, que são informados nos campus, e sempre trazemos os estudantes de outros campus para informar tudo que eles tem direito, na tentativa de informar a eles, cabendo virem buscar.

Gestor 5: Enquanto uma universidade que está em processo de implementação nós temos um conjunto amplo de desafios, por exemplo nosso estatuto foi aprovado no MEC no final de 2018, ainda estamos aguardando nosso reitor que não seja pro-tempore, então temos muitos desafios ainda para nos considerarmos na região, temos muito potencial também, mas a política de cotas entra nesta desafio, na qual devemos buscar a melhor forma para fazer ela acontecer, aplicando de fato como deve ser, com acompanhamento dos estudantes que ingressa por ações afirmativas, com recursos e estrutura adequada para dá o suporte necessário, promovendo a excelente na formação do estudantes.

Fonte: Autor (2019).

Aqui há um entendimento que é necessária esta política, destacamos aqui a diferenciação que as cotas propiciam cujo objetivo garantir a igualdade de oportunidades, além de ajudar a superar as desigualdades que impeçam em nossa sociedade há muitos anos. As universidades públicas brasileiras ainda não refletem a realidade racial do Brasil, e precisamos corrigir essa distorção no presente e precisamos resgatar esta dívida histórica e do presente também.

Figura 24- Laboratório da Faculdade de Medicina (FAMED)



Fonte: Autor (2018).

Figura 25- Bancada Laboratório da Faculdade de Medicina (FAMED)



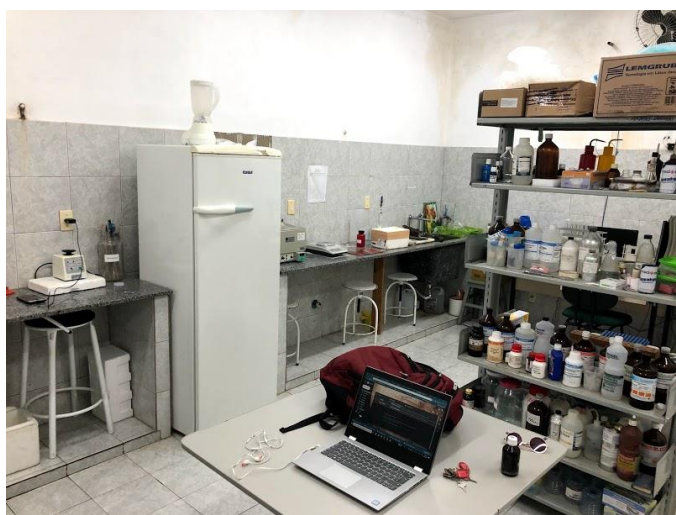
Fonte: Autor (2018).

Figura 26- Bancada e equipamentos



Fonte: Autor (2018).

Figura 27- Equipamentos FAMED



Fonte: Autor (2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi, em si, acima de tudo, um processo de grande aprendizagem, de lutas diárias e crescimento pessoal. Enquanto negro, cursei graduação e mestrado em Universidade Pública e, como estas universidades ainda não possuíam uma política de cotas, era o único negro da minha sala de aula.

Escrever sobre as políticas públicas de cotas, que possibilitam a entrada de negros na universidade, me fez refletir sobre a minha história de vida e as lutas que enfrentei como negro para concluir a graduação e o mestrado. Foi através da minha experiência de vida que me impulsionou a realizar a pesquisa sobre a política de cotas na Universidade Federal do Cariri-UFCA.

Espero que outros(as) alunos(as) negros e negras tenham acesso a universidade pública, gratuita e qualidade. Deixo meu agradecimento pela conclusão desta pesquisa aos servidores, professores e alunos da UFCA, que não pouparam esforços para me ajudar na pesquisa de campo. Recebi também muito carinho de alunos que apoiavam a pesquisa e com uma palavra, um gesto, um sorriso me impulsionaram a ter forças para seguir em frente, sempre.

Além disso, a aprendizagem sobre a educação superior, o direito a educação e os sujeitos de direito, serviu um momento para enxergar o outro, para compreender o outro, e nesse dar-se, como diz Boff, pude receber tanto além do que previa na pesquisa.

Ao se tratar da educação como elemento que possibilita a transformação da realidade social das pessoas, é preciso considerar-se frente a um tema profundamente complexo, amplo e desafiador.

O processo educacional envolve pessoas, contextos, necessidades, situações e exigências. Somam-se a isto as lutas e embates situados no tempo e na história, as intervenções sociais, políticas, os valores e crenças de cada sujeitos, os avanços científicos e tecnológicos, as necessidades produtivas e econômicas, dentre outras tantas variáveis que intervém direta ou indiretamente na educação

Neste sentido o objetivo deste trabalho quanto a política de cotas e promoção de uma ação inclusiva para classe trabalhadora no que diz respeito ao acesso ao ensino superior dos egressos de escolas pública, pertencente a etnias historicamente excluídas, permitiu uma reflexão acerca desta política, no contexto ao qual está inserido e no papel da universidade na promoção de valores ligados

sustentabilidade, como igualdade, paz e justiça social, fato que está ancorado fortemente nestes valores e princípios

A análise dos dados inferimos que as políticas públicas são diretrizes traçado pelo Estado, visando o desenvolvimento de determinados setores da sociedade, entendemos que as ações afirmativas estão contempladas dentro das políticas públicas e visam a discriminação positiva, ou seja a discriminação ao contrário, visando a redução das desigualdades sociais. Diversas políticas afirmativas foram implantadas na última década no mundo, fruto de lutas e reivindicações dos movimentos sociais mais atingidos pela desigualdade

As políticas afirmativas para ampliação do acesso ao ensino superior contemplam dentre outras ações, como programas e políticas de permanência, este é o grande inferencial da políticas de cotas, pois as IES impulsiona movimentos e ações para implementarem conforme a necessidade local.

No contexto desta pesquisa, atento ao rigor metodológico permeado pelos acontecimentos sociais que estruturam o trabalho, muitos fatores o intervirem como a eleição presidencial e o marco que fora, com o discurso do presidencialismo de pedir o fim das ações afirmativas e da universidade pública, deslegitimam anos de lutas sociais, pois ainda não somos uma sociedade justa para todos, e mais ainda para os sujeitos de direito que devem ter acesso à educação, como dever do Estado em prover condições para que esta se efetive para o bem social, promovendo extensão, diversidade e melhoria dos sistemas de ensino.

Na análise dos dados, os discursos dos sujeitos revela que é evidente que a manutenção da política e sua plena implementação denotam potenciais fragilidades, como adaptação dos estudantes, desconstrução do discurso de igualdade preconizado na sociedade, ações que favoreçam a permanência do estudante cotista no ensino superior, e promoção da justiça social e educação das desigualdades étnicas.

Apesar de ser uma instituição nova e ainda permear caminhos a universidade, busca favorecer sempre o estudante cotista, espera-se que esta pesquisa vise contribuir para a melhoria das políticas de inclusão no ensino superior, pois os estudantes precisam de cotas e de ações para permanecerem e saírem para atuar na sociedade, a reflexão pode promover o desenvolvimento de novas pesquisas acadêmicas sobre políticas afirmativas, e desta forma desencadear reflexões e

discussões sobre a garantia ao cidadão do direito a igualdade e o direito a diferença nesta sociedade.

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem. Geografia da América Aspectos da Geografia Física e Social. [s.]: **Editora Moderna**, 1982.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial**. 1965. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/discrimina/lex81.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

ANDIFES. **Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES**. 2011. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. 2005.

BOBBIO, Norberto; HOBBS, Thomas. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. **A era dos direitos**, v. 15, 1992.

BRASIL.. Lei Nº 4151, de 04 de setembro de 2003 do Rio de Janeiro. **INSTITUI NOVA DISCIPLINA SOBRE O SISTEMA DE COTAS PARA INGRESSO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**. Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/90604/lei-4151-03-rio-dejaneiro-rj>>. Acesso em 10 dez. 2018, v. 13.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.

DO BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988.

BRASIL. Lei n.º 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25.06.2014. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação - PNE**. Subsídios para elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação. Brasília: Inep, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reuni – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Diretrizes Gerais**. Brasília, DF. 2007. Documento Elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

BRASIL, Constituição. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de**, v. 88, p. 1, 2008.

BRASIL. Lei 12.826, de 05 de junho de 2013. **Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Cariri - UFCA, por desmembramento da Universidade Federal do Ceará - UFC, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12826.htm> Acesso em: 19 nov. 2018.

BRASIL, Casa Civil; BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 149, n. 169, 2012. BRASIL. Decreto 6.096/2007 de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Portaria nº 1.149 de 11 de Junho de 2001. **Que dispõe do credenciamento da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Dr. Leão Sampaio.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2006/pces195_06.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Portaria nº 164 de 29 de março de 2016. **Que credencia o Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, por transformação da Faculdade de Ciências Aplicadas Doutor Leão Sampaio.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=38261-pces048-16-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 nov 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Portaria nº 1.288 de 19 de abril de 2005. **Que Credencia a Faculdade Paraíso do Ceará.** Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=23&data=20/04/2005&captchafield=firistAccess>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Portaria Nº 3.763 de 15 de Dezembro de 2003. **Que Credencia a Faculdade de Juazeiro do Norte.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16125-pces170-14&Itemid=30192>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Lei 2.315, de 12 de Agosto de 1998. **Dispõe sobre a criação da Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte.** Legislação do Município de Juazeiro do Norte. 1998.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** McGraw Hill, 1980. CALDEIRA, Isabel. A Construção Social e Simbólica do Racismo nos Estados Unidos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s./], n. 39, 1994.

CESAR, Raquel C. Lenz. **Acesso à justiça para minorias raciais no Brasil: é a ação afirmativa o melhor caminho? Riscos e acertos no caso da Uerj.** 2004. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COSTA, Giovani Glaucio de Oliveira. Curso de Estatística Básica: teoria e prática. 2. ed. **São Paulo: Atlas**, 2015.

D'ADESKY, J. **Racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Palas, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. Ações Afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica, **Revista Brasileira de Educação**, [s./], 2005.

DAVIDOVICH, Luiz. Educação superior e inclusão social no Brasil.

CHACON, Suely Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. 2005. 2005. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)–UnB-CDS, Brasília.

DRAY, Guilherme Machado. **O princípio da igualdade no direito do trabalho: sua aplicabilidade no domínio específico da formação de contratos individuais de trabalho**. 1999.

GRUPO ESPECIAL SOBRE EDUCACIÓN SUPERIOR Y SOCIEDAD. **La educación superior en los países en desarrollo: peligros y promesas**. Washington, DC.: World Bank, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A organização social dos tupinambás**. São Paulo: Progresso Editorial, 1949.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. p.31-32

FOREQUE, Flávia. Aumenta a presença de negros no ensino superior, diz MEC. **Folha de São Paulo**, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

FUÃO, J. J. R. A colonização e o racismo no Sul dos Estados Unidos. **Revista Biblos**, Rio Grande, v. 13, p. 55-62, 2001.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. 1974.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 15-58, 2003.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. **São Paulo**, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. Instrumentos e métodos de mitigação da desigualdade em direito constitucional e internacional. **Rio de Janeiro**, v. 10, 2000.

GOMES, Joaquim Barbosa. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas. Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 15-58, 2003.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade**. O Direito como Instrumento de Transformação Social. A Experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-Secad, 2006.

GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA-GEMA. **Sobre o GEMA**. 2018. Disponível em: <<http://gemaa.iesp.uerj.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

GUEDES, Thiago Araújo, MENEGUZZI, Simone. Ações Afirmativas e o Desenvolvimento do Sentimento Racista numa Visão Etnológica. **Revista do Curso de Direito da Faculdade da Serra Gaúcha**, [s./], nº 4, 2008.

HULME, David. **Lições da Realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Ipc Poverty In Focus, Brasília, v. 19, n. 1, p.2-31, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCPovertyInFocus19.pdf>>. Acesso em: 01dez. 2018.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. 2001.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2011. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em: 09 out. 2018.

INEP. **Censo da educação superior de 2011**. 2011. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2011/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo de Educação Superior. Brasília: INEP, 2004.

LEITINHO, Meirecele Calíope. Concepção e currículo: Universidade Regional do Cariri. **Fortaleza: edições UFC/PROED**, 2000.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Editora Vozes, 2009. JUAZEIRO DO NORTE.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

KAUFMANN, Roberta Fragoso Menezes. **Ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito?** A implementação para negros como mecanismo concretizador de direitos fundamentais. - Uma análise histórico-jurídico-comparativa do negro nos Estados Unidos da América e no Brasil, [s.l.]: [s.n], 2007.

MENEZES, Paulo Lucena de. A ação afirmativa (affirmative action) no direito norte-americano. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ministro esclarece dúvidas em relação à lei que institui cotas**. 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/18138-ministro-esclarece-duvidas-em-relacao-a-lei-que-institui-cotas>>. Acesso em: 16 out. 2018.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA. **Relatório da conferência mundial contra racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata**. [s.l.]:

Procuradoria geral da república, 2001. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/Racismo.pdf>>_acesso em: 15 nov. 2018

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas no brasil: desafios e perspectivas. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, 2008.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. *In*: SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

RAVALLION, Martin; CHEN, Shaohua; SANGRAULA, Prem. New evidence on the urbanization of global poverty. **Population and Development Review**, v. 33, n. 4, p. 667-701, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro, a formação e o sentido do Brasil**, 2ªed, Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

ROCHA, Everaldo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. Brasiliense, São Paulo 1988.

ROSENFELD, Michel. Affirmative Action and Justice. A Philosophical and Constitutional Inquiry. New Haven and London: **Yale University Press**, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **Dilemas nada atuais das políticas para os afrobrasileiros**. *In*: Caroso, Carlos; Bacelar, Jéferson (Org.). **Brasil: um país de negros?** Rio de Janeiro: Pallas, 1998.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **Carreiras Universitárias na USP**. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da USP. FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo, 1991-2.

SILVA, J.; GOMES, G. H. G. Cotas de ingresso na UFC – CAMPUS CARIRI: análises mediante a lei federal 12.711/2012. *IN*: 37º Encontro Anual da ANPOCS, 37., 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2013.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma Monografia/preparação do original Mitsue Morisawa**. 12. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SANTOS, Jocélio Teles dos. Dilemas nada atuais das políticas para os afro- brasileiros. *In*: Caroso, Carlos; Bacelar, Jéferson (Org.). **Brasil: um país de negros?** Rio de Janeiro: Pallas, 1998.

SISU. **Planilha de Vagas**. Disponível em: <http://www.sisu.ufc.br/images/arquivos/sisu_2013/edital_01/edital_001_2013_planilha_vagas.pdf>_. Acesso em 05 Janeiro. 2019.

SELL, Sandro Cesar. **Ação afirmativa e democracia racial: uma introdução ao debate no Brasil**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

SOUSA SANTOS, Boaventura; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. **Reconhecer para libertar. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural**, 2003.

TRAMONTIN, Raulino. Ensino superior: uma agenda para repensar seu desenvolvimento. 1995.

UFC. Pró-Reitoria de Graduação. **A Expansão da UFC em tempos de REUNI**. Relatório Preliminar. Fortaleza, 2009.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares camadas populares. **Revista brasileira de educação**, v. 11, n. 32, p. 227, 2006.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 2. Ed. [s.l]: ED. Saraiva, 2003.

UNITED NATIONS. **United Nations Millennium Declaration Resolution adopted by the General Assembly**. 2000. Disponível em <<http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf>>. Acesso em 26 de dez de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI. **Termo de cooperação entre a Universidade Federal do Ceará e a Universidade Federal do Cariri**, documento de ajuste de ações entre instituições. Disponível em: <http://www.ufca.edu.br/portal/files/Termo_de_Cooperacao.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. **Resolução nº 15/2010**. Fortaleza Disponível em: <http://http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/consuni/resolucao_consuni_2010/resolucao15_consuni_2010.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **Estatuto**. Crato: 1986. Disponível em: <<http://www.urca.br/textos/s1/AdmSup/deliberacaoSup/EstatutoURCA.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

VILELA, Teotônio. **Os direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência (USP)/Comissão, p. 13-14, 1993.

ANEXO A**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI**

Of.s/n Barbalha, 01 de junho de 2018.
Prezado Coordenador de Curso,

O mestrando Jardel Pereira da Silvaintegra o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável – Mestrado, está desenvolvendo a pesquisa “*Ações Afirmativas em uma universidade pública: educação como direito na perspectiva do desenvolvimento sustentável*”, sob minha orientação. Trata-se de

uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, cuja problemática está centrada em qual a relação há entre a adoção de política de cotas e o desenvolvimento dos estudantes quanto a emancipação acadêmica e pessoal? e como a adoção de política de cotas possibilita a emancipação acadêmica e pessoal dos estudantes cotistas a luz da sustentabilidade, para os alunos ingressantes pela Política de Cotas na Universidade Federal do Cariri.

Os procedimentos metodológicos definidos para coleta de dados envolvem entrevistas individualizadas com os docentes e acadêmicos ingressantes pelo sistema de cotas da UFCA desde 2014, a fim de avaliar as ações desenvolvidas na instituição para a permanência desses alunos, razão pela qual solicitamos a Vossa Senhoria autorização para que o referido mestrando entre em contato com os acadêmicos, gestores e docentes afetos ao Curso de Graduação sob sua coordenação, a fim de convidá-los a participar e contribuir com a pesquisa em desenvolvimento.

Contando com sua valiosa colaboração ao solicitado, enviamos nossas saudações .

Atenciosamente,

Ilmo. (a) Cláudio Gleidiston Lima da Silva
Diretor da Faculdade de Medicina

Barbalha-CE

Prof^a Dra. Zuleide F. De Queiroz
E-mail:
zuleidefqueiroz@gmail.com
Centro de Educação

ANEXO B

Questionário aplicado aos estudantes cotistas do curso de graduação em medicina participantes da pesquisa sobre avaliação da política de cotas da UFCA

Questionário de Pesquisa

Prezado (a) estudante,

Conto com o seu auxílio para o desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado. Sua opinião é muito importante.

1. O seu ingresso na UFCA foi:

- ☐ Ampla Concorrência
- ☐ Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)
- ☐ Cota para candidato com renda familiar bruta per capita (por pessoa) igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas
- ☐ Cota para candidato autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita (por pessoa) igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas
- ☐ Cota para candidato que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas
- ☐ Cota para candidato autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas
- ☐ Cota para candidato com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas
- ☐ Cota para candidato com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas
- ☐ Cota para candidato com deficiência que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas

() Cota para candidato com com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda , tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas

2. Como foi a sua adaptação no curso de graduação que você frequenta atualmente?

() Muito boa () Boa () Regular () Ruim Comente:

3. Você é favorável à política de cotas para o ingresso no ensino superior?

() Sim () Não

Comente:

4. Em sua opinião a UFCA desenvolve ações internas para favorecer a permanência do estudante (cotista e não cotista) no Ensino Superior? Qual(is)?

Analise considerando a sua forma de ingresso.

5. Quais são as suas sugestões para o apoio à permanência de um estudante no Ensino Superior?

Analise considerando a sua forma de ingresso.

6. Em sua opinião, a política de cotas tem possibilitado (favorecido) a democratização do acesso ao Ensino Superior?

() Sim () Não

Comente:

7. Você considera que a política de cotas promove a justiça social e/ou corrige as injustiças sociais e étnicas?

() Sim () Não

Comente:

8. Em sua opinião, a política de cotas promove a igualdade entre os cidadãos?

() Sim () Não

Comente:

- 9. Há outros aspectos que você deseja comentar sobre a sua forma de ingresso na UFCA?**
- 10. Você acredita que teria ingressado no Ensino Superior se não houvesse a possibilidade da política decotas?**

ANEXO C

Roteiro das entrevistas realizadas com Gestores participantes da pesquisa sobre avaliação da política de ações afirmativas da UFCA

Roteiro de Entrevista

Pesquisa Política de Ações Afirmativas – Jardel Pereira da Silva

Prezado (a) Gestor

- 1) Você, como Gestor da UFCA, poderia falar sobre a implantação da política de cotas para estudantes negros/pardos/deficientes oriundos de escola pública e estudantes oriundos de escola pública?
- 2) Na UFCA há o acompanhamento dos estudantes ingressantes pelo sistema decotas?
- 3) Quais são as ações de acompanhamento dos acadêmicos cotistas que a UFCA desenvolve?
- 4) Em sua opinião, as ações de acompanhamento propiciam (ou colaboram) para a permanência do aluno cotista no Ensino Superior da UFCA?
- 5) Na UFCA foi criada uma Comissão para Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Ações Afirmativas. Quais foram as razões que motivaram a criação dessa comissão?
- 6) O que revelam os resultados das ações da Comissão?
- 7) Como você avalia a política de cotas desenvolvida na UFCA no período 2013-2018?
- 8) Em sua opinião, a política de cotas tem possibilitado (favorece) a democratização do acesso ao Ensino Superior da UFCA?
- 9) Você considera que a política de Ações Afirmativas promove a justiça social e/ou corrige as injustiças sociais e étnicas?
- 10) Você considera que a política promove a igualdade entre os cidadãos?
- 11) Há outros aspectos que você deseja comentar sobre a política de cota da UFCA?

ANEXO D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa AÇÕES AFIRMATIVO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA: EDUCAÇÃO COMO DIREITO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, que tem como pesquisador JARDEL PEREIRA DA SILVA, aluno do programa de Pós-graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional Sustentável, da Universidade Federal do Cariri, matriculada sob o nº 402025, telefone (88) 99973-9668, tendo como orientadora a professora Zuleide Fernandes de Queiroz. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, cuja problemática está centrada em qual a relação há entre a adoção de política de cotas e o desenvolvimento dos estudantes quanto a emancipação acadêmica e pessoal? E como a adoção de política de cotas possibilita à emancipação acadêmica e pessoal dos estudantes cotistas a luz da sustentabilidade, para os alunos ingressantes pela política de cotas na universidade federal do cariri. Os procedimentos metodológicos definidos para coleta de dados envolvem entrevistas individualizadas com os gestores, docentes e os acadêmicos ingressantes pelo sistema de cotas da UFCA desde 2013, a fim de avaliar as ações desenvolvidas na instituição para a permanência desses alunos no curso de graduação em medicina. Dessa forma, será realizada observação participante, serão coletados dados por meio de história oral e entrevistas e também por meio de filmagens e fotografias. Existe um desconforto e risco mínimo para você que se submeter à coleta do material para a pesquisa, como por exemplo, o risco de identificação dos participantes da pesquisa. Porém todos os meios necessários serão observados para se evitar possíveis constrangimentos quanto à ausência de sigilo. Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios. O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa serão enviados para você e permanecerão confidenciais. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no programa de pós-graduação em desenvolvimento regional sustentável da Universidade Federal do Cariri e outra será fornecida a você. a participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira.

RESSALTAMOS QUE OS BENEFÍCIOS DA PESQUISA TANTO INDIVIDUAL COMO COLETIVO, DIZ RESPEITO À ANÁLISE DE AÇÕES QUE PROMOVAM O ACESSO A EDUCAÇÃO E POR MEIO DELA A EMANCIPAÇÃO ACADÊMICA, POLITICA E SOCIAL DOS SUJEITOS À LUZ DA SUSTENTABILIDADE.

O COMITÊ DE ÉTICA RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DESTA PESQUISA É VINCULADO A FACULDADE DE MEDICINA DO CARIRI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI – CAMPUS BARBALHA/CE.

E-mail: cep@ufca.edu.br

Tel.: (88) 3221-9606

Endereço: Faculdade de Medicina da Cariri – UFCA

Rua Divino Salvador, 284 / Bairro Rosário – Térreo

Sala do Comitê de Ética em Pesquisa -A-109

Funcionamento: De segunda a sexta-feira; de 8-12h

EM CASO DE DÚVIDAS, PROCURAR O PESQUISADOR RESPONSÁVEL: JARDEL PEREIRA DA SILVA – TELEFONE 88-99973-9668

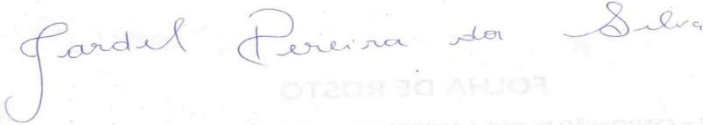
Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Local e data: Juazeiro do Norte, 01 de Dezembro de 2018.

Dados do Participante:

NOME:
ASSINATURA:
VINCULO INSTITUCIONAL:

Dados do Pesquisador:

NOME: JARDEL PEREIRA DA SILVA
ASSINATURA:  FOLHA DE ROSTO APAS - ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUADOS E ALUNOS DA FAPAS

Dados da Orientadora:

NOME: ZULEIDE FERNANDES DE QUEIROZ

ASSINATURA:

A handwritten signature in black ink, reading "Zuleide Fernandes de Queiroz". The signature is written in a cursive style with a large, stylized initial 'Z' and a long, sweeping underline.

ANEXO E**TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, eu _____, portador(a) do Cadastro de Pessoa Física (CPF) número _____, declaro que, após leitura minuciosa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tive oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores. Ciente dos serviços e procedimentos aos quais serei submetido e não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firmo meu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente da pesquisa AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI: EDUCAÇÃO COMO DIREITO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL , assinando o presente documento em duas vias de igual teor e valor.

Juazeiro do Norte-CE, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do Pesquisador

ANEXO F

FACULDADE DE MEDICINA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CARIRI - FMUF

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Ações Afirmativas em uma universidade pública: educação como direito

Pesquisador: JARDEL PEREIRA

DA SILVA **Área Temática:**

Versão: 2

CAAE: 03180818.2.0000.5698

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI-

UFCA **Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.097.459

Apresentação do Projeto:

O estudo analisa a inserção da política de ações afirmativas - “cotas”, implantada nos cursos de graduação da Universidade Federal do Cariri-UFCA.

Serão analisados os impactos de tais medidas não-discriminatórias e sua correlação com o desenvolvimento dos sujeitos em busca de sua emancipação acadêmica e pessoal.

O pesquisador assume que adotará vários métodos para alcançar seus objetivos: estudo descritivo documental; estudo de caso e observacional participativo. Participarão discentes, docentes e gestores do curso de Medicina.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar a implantação das ações afirmativas na Universidade Federal do Cariri-UFCA, no período de 2013 a 2018.

Identificar em que sentido o sistema de cotas implantado efetiva uma política inclusiva do estudante; Mapear os sistemas de cotas em universidades públicas federais do Brasil, categorizando-as segundo os parâmetros adotados;
 Identificar os aspectos legais, principiológicos e sociais que dão suporte a constitucionalidade do sistema de cotas na UFCA;
 Explicitar as repercussões da política de cotas no ingresso e permanência dos estudantes na graduação da UFCA.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Cansaço ou aborrecimento do participante ao responder questionários;
 Desconforto e/ou Constrangimento ao se expor durante a realização da entrevista;
 Alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição social.

Benefícios:

A pesquisa permitirá uma avaliação de discentes, gestores e docentes acerca do curso de medicina e através da análise poderá fornecer um panorama sobre a Política de cotas da UFCA (Curso de Medicina) e suas repercussões no ingresso e permanência dos estudantes da graduação.
 Além também da pesquisa trazer um benefício à sociedade no que diz respeito a avaliação da implementação de política de ações afirmativas para melhoria destas ações.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa poderá fornecer um panorama sobre a Política de cotas da UFCA (Curso de Medicina) e suas repercussões no ingresso e permanência dos estudantes da graduação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foi anexada a autorização do gestor da Faculdade de Medicina, atendendo a uma pendência.

TCLE, projeto e Folha de rosto, de acordo.

O Arquivo Informações básicas do projeto foi alterado nos quesitos Riscos e Benefícios para atender à pendência apontada.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que as pendências foram atendidas (Foi anexada a autorização do gestor da Faculdade de Medicina e o arquivo Informações básicas do projeto foi alterado, indicando-se os riscos e benefícios), recomendo aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1114393.pdf	18/12/2018 13:29:51		Aceito
Outros	Autorizacao.pdf	18/12/2018	JARDEL PEREIRA	Aceito

Outros	Autorizacao.pdf	13:29:14	SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.doc	12/12/2018 12:51:33	JARDEL PEREIRA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.docx	14/11/2018 23:43:27	JARDEL PEREIRA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	10/09/2018 16:59:24	JARDEL PEREIRA DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BARBALHA, 20 de Dezembro de 2018

Assinado por:
Estelita Lima Cândido
(Coordenador(a))

ANEXO G



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
FACULDADE DE MEDICINA - FAMED
Campus em Barbalha-CE – Faculdade de Medicina CEP: 63.180-000 – Rua
Divino Salvador, 284 famed@ufca.edu.br / 88-3221-9605

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que tomei conhecimento da pesquisa "Ações Afirmativas em uma universidade pública: educação como direito", bem como tomei ciência e posse do documento anexo A (ofício de apresentação do pesquisador, bem como dos procedimentos metodológicos, e cumprimento dos preceitos éticos e legais para colhimento dos dados), bem como os anexos B, C, D com o roteiro do questionário a ser aplicado na pesquisa sob responsabilidade de Jardel Pereira da Silva e Zuleide Fernandes de Queiroz, e que estão inseridos no projeto submetido ao Comitê de Ética desta IES, como responsável legal pela instituição, autorizo a sua execução entre dezembro de 2018 a janeiro de 2019 e declaro que acompanharei o seu desenvolvimento para garantir que será realizada dentro do que preconiza a Resolução CNS 466/12, de 12/09/2012 e CNS 510/2016 de 07/04/2016 e complementares.

Barbalha-CE, 03 de Dezembro de 2018.

Prof. Cláudio Gleidiston Lima da Silva

Diretor da Faculdade de Medicina
Cláudio Gleidiston Lima da Silva
Diretor da Faculdade de Medicina
Universidade Federal do Cariri
SIAPE – 2353800